



Aldo Rebelo diz que Lula depende da Suprema Corte para sustentar governo

CAPPELLI - PÁGINA 14

Duelo de vida e morte no STF, porém, a grande vítima já é conhecida: as instituições brasileiras

CAIUÁ MAIA/DIVULGAÇÃO CAMPANHA TARCÍSIO DE FREITAS



TARCÍSIO DIZ QUE NÃO TOLERARÁ DESVIOS APÓS PRISÃO DE EX-CHEFE

André Weiss, ex-diretor-geral executivo da Administração Tributária, foi preso em operação do MP-SP que apura corrupção e lavagem de dinheiro na liberação de créditos de ICMS. A investigação também cumpriu 47 mandados de busca e apreensão. Segundo o MP, as vantagens indevidas variavam de 1% a 10% dos créditos.

PÁGINA 3

EDITORIAL

Por **Cláudio Magnavita***

O Supremo Tribunal Federal virou palco de um duelo de vida e morte entre dois dos seus ministros. Acuado e exposto em uma relação contratual com o Master, no qual ficou evidenciado uma advocacia administrativa, o ministro Alexandre de Moraes dobrou a aposta e partiu para atacar o seu algoz, o ministro André Mendonça. Uma resposta que fez sumir momentaneamente os R\$ 80 milhões recebidos pela empresa familiar, além da troca de mensagens de socorro feita pelo contratante.

A arma escolhida por Moraes para retaliar o seu colega foi o esdrúxulo inquérito da Fake News, uma aberração consentida pelo próprio STF, um inquérito interminável usado de forma abusiva para atender vários interesses e agora se volta contra o próprio Supremo. O silêncio e a cumplicidade de parte da Corte permitiu que este inquérito virasse um tumor maligno e em metástases corréi a própria instituição.

O manto de silêncio de grandes entidades como CNI, CNC, CNA, Febraban e uma lamentável e pífia manifestação do Conselho Nacional da Ordem de Advogados do Brasil, além da garantia de impunidade, dada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que não abrirá processo de impeachment, alimentou o revanchismo de Moraes. O paradoxo é que usa um inquérito que tem nos seus pilares o mesmo elemento no qual ele acusa o colega: o do juiz investigador.

A passividade das entidades da elite brasileira diante de uma grave crise institucional demonstra que o Brasil virou um acampamento. Um lugar onde eles estão de passagem e podem deixar implodir.

Ao contrário de crises anteriores, como o golpe rotulado de impeachment que retirou Dilma Rousseff da presidência, o que estava em jogo era uma troca de uma gestão, o que vivemos hoje é muito mais sério. Também no caso de Fernando Collor a gravidade eram acusações que,

comparadas com os números contratados e pagos à família de Moraes, viram um trocadinho de cantina de colégio.

O mais grave é a responsabilidade que recai sobre os ombros do ministro Edson Fachin, presidente do STF. A foto histórica publicada na primeira página do jornal O Globo, das gargalhadas dos ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Cristino Zanin e o Fachin de costas, rindo de uma piada do ministro Flávio Dino é preocupante. São os deuses do Olimpo rindo e, para os próprios mortais, resta a apreensão da gravidade de uma denúncia tornadas pública e agora ofuscada por um duelo consentindo.

No documento, tornado público, existe uma nuance que não permitiria o clima de galhofa na corte. Nas mensagens, o contratante informa a um ministro do Supremo que estava espionando as decisões do Banco Central, que sabia que a Polícia Federal estava preparando uma operação, que tinha ciência dos nomes da PF que estava indo às reuniões do BC, que pede cumplicidade na não revelação dos informantes porque eram poucos em uma reunião e, o que ainda é mais grave, pergunta se estava na hora de deixar o país. Um agente público, um magistrado, um ministro do STF ter ciência destes fatos é de uma concretude criminal incontroversa. Se for comprovada a ciência destas informações, é mais grave do que um contrato formal de R\$ 131 milhões ou de um possível tráfico de influência, um crime previsto no artigo 332 do Código Penal Brasileiro, mais de caráter subjetivo.

Se um funcionário público ou magistrado toma conhecimento de crimes graves (como obstrução de justiça, vazamento de operações sigilosas ou monitoramento ilegal do Banco Central) e decide conscientemente não agir ou omitir-se, a legislação brasileira prevê figuras jurídicas específicas para essa conduta de inação.

Como autoridade pública e magistrado, o ministro tem o dever de ofício de comunicar às

autoridades competentes (Polícia Federal, Ministério Público Federal ou o próprio plenário do STF) qualquer indício de crime ou vazamento de dados de Estado do qual tome ciência. Deixar de fazê-lo para poupar um interlocutor ou por conveniência pessoal configuraria o crime de prevaricação.

O contratante avisou ou não ao Ministro Alexandre de Moraes que estava ciente da “sacanagem” que o Banco Central e a Polícia Federal estavam preparando contra ele? Se ele entrevistou ou não é secundário. Se ele soube e nada fez, já é crime.

O próprio Alexandre de Moraes trancafiou um deputado estadual do Rio, em um presídio de segurança máxima federal, por ter supostamente avisado a um colega de uma operação da Polícia Federal. A mesma decisão foi estendida a um desembargador federal do TRF-2 por ter almoçado e, provavelmente, avisado sobre uma operação. Neste caso, não há nada além de uma ilação, ainda sem a revelação de contratos milionários, depósitos em Pix, uso de cartão de crédito e jatinhos.

O Superior Tribunal de Justiça preservou a instituição cortando na própria carne ao promover o impeachment do um ministro do STJ por conduta imoral em abuso sexual. A instituição foi preservada e a sociedade aplaudiu a forma célere da solução. Há anos o STJ tem sido uma referência de conduta que todos esperavam do STF.

O duelo entre os dois ministros estarrece a Nação e será capaz de implodir um sistema que há anos governa o país. O que será do Brasil sem um Supremo Tribunal Federal que não se pode confiar? Nas mãos do ministro Edson Fachin, a responsabilidade de conduzir um dos mais delicados capítulos da história da Nação e da defesa da democracia brasileira e, isso, na véspera de um data nacional, um sete de setembro com o povo nas ruas. A grande vítima do duelo já é conhecida: as instituições brasileiras.

***Diretor de Redação do Correio da Manhã**

Feriado de 7 de setembro terá desfile no Anhembi

Ato cívico-militar da Independência aberto ao público deve receber autoridades, representantes das Forças Armadas, forças de segurança pública, escolas, associações e candidatos.

PÁGINA 3

Justiça intima Nunes por vagas para idosos

Além da intimação do prefeito Ricardo Nunes (MDB), a determinação, expedida em uma ação civil pública proposta pelo MP-SP, bloqueou R\$ 30 mil em ativos da Prefeitura.

PÁGINA 4

FERMANDO MOLICA

VORCARO, O CORRUPTOR-GERAL DA REPÚBLICA

PÁGINA 4

TALES FARIA

LULA ACHA QUE ANDRÉ MENDONÇA É ARMA DA OPOSIÇÃO

PÁGINA 4

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Lula vê Mendonça como arma mais forte da oposição

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e sua equipe de campanha pela reeleição classificam o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), como a arma mais efetiva e perigosa usada pela oposição na disputa eleitoral deste ano.

A briga entre Mendonça e o também ministro do STF Alexandre de Moraes tomou o noticiário durante toda a semana e empanou resultados positivos do governo nas votações do esforço concentrado do Congresso.

O balanço das votações dos cinco projetos prioritários para governo foi avaliado como positivo pela campanha e poderia ter melhor repercussão. Três projetos saíram definitivamente aprovados e dois tiveram a tramitação significativamente avançada:

- foi aprovada a Medida Provisória que altera imposto de importação de produtos até US\$ 50, pondo fim à “Taxa das Blusinhas”;
- também foi aprovada a Política Nacional de Minerais Críticos e Terras Raras, criando o marco legal para o desenvolvimento tecnológico e industrial do uso minerais estratégicos;
- e foi aprovado o projeto de lei que institui o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center no Brasil, o Redata;
- já a PEC da Segurança Pública, anteriormente aprovada na Câmara, teve seu texto-base aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, mas três destaques ficaram para votação após as eleições;
- quanto ao fim da Escala 6x1 de trabalho,

FERNANDO MOLICA

Jornalista e Escritor

O corruptor-geral da República

Nesta altura do campeonato, dá para reconhecer que Daniel Vorcaro merece o título de corruptor-geral da República, comandante-em-chefe de algumas das piores, abrangentes e condenáveis parcerias público-privadas da história republicana.

É provável que o volume total de grana que ele investiu na, digamos, boa vontade de agentes públicos seja capaz de, por exemplo, superar o que ao longo de décadas foi aplicado pelas grandes empreiteiras que prosperaram a partir da ditadura implantada em 1964 (a história é contada no livro “Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988”, de Pedro Henrique Pedreira Campos).

Mas é razoável supor que nunca antes uma só pessoa tenha sido capaz de atuar de maneira tão direta e decisiva nos mais diversos níveis do pântano da corrupção. Seus infinitos, longos e generosos braços foram capazes de acarinhar integrantes de todos os poderes da República.

Como na mensagem publicitária apropriada por Jair Bolsonaro para se referir ao então ministro Paulo Guedes, Vorcaro virou uma espécie de Posto Ipiranga capaz de, com o combustível vindo do setor público e acumulado em seus tanques, resolver toda e qualquer parada. No sufoco, bastava recorrer ao banco que ficava aberto 24 horas.

Ele patrocinou eventos com presença de

a CCJ do Senado também aprovou o texto votado na Câmara, mas os governistas ficaram inseguros dos votos em plenário. Pediram ao presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), uma sessão extraordinária, possivelmente após o primeiro turno da eleição.

No contexto de polarização eleitoral, as suspeitas vazadas contra o ministro Alexandre de Moraes acabaram atingindo Lula. Moraes é apontado pelos bolsonaristas como um adversário do grupo e aliado do presidente.

As suspeitas também jogaram para segundo plano a descoberta do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) de que Daniel Vorcaro enviou uma parcela omitida por Flávio Bolsonaro, de US\$ 1,6 milhão, para o fundo que administra o filme Dark Horse.

Antes disso, na semana anterior, o noticiário já havia sido tomado por notícias vazadas da investigação da Polícia Federal (PF) sobre o suposto envolvimento de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho de Lula, nas fraudes em descontos associativos da Previdência Social. E também sobre a venda, não realizada, de medicamentos à base de canabidiol para o Ministério da Saúde.

A Procuradoria Geral da República acabou pedindo a Mendonça que remeta os dois inquéritos sobre esses assuntos à primeira instância, já que não há elementos nos autos que indiquem o envolvimento de pessoas com prerrogativa de foro.

As suspeitas contra Lulinha tiveram a mesma dimensão no noticiário que o caso Dark Horse, em que o próprio candidato ligou para Daniel Vorcaro pedindo cerca de R\$ 131 milhões.

A pergunta agora considerada fundamental na campanha de Lula é: como neutralizar a “Caixa de Pandora” de André Mendonça?

grandes autoridades, financiou filme sobre ex-presidente, emprestou avião para campanha eleitoral, irrigou os cofres de escritórios de advogados parentes de ministros do Supremo Tribunal Federal, providenciou astronautas para levar poderosos ao céu dos prazeres, pôs muita gente para sambar em seu camarote, financiou compra de imóveis, distribuiu luxo, charutos e uísque.

Pela demanda feita pelo deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que acumulou milhagem em jatinhos do então banqueiro, Vorcaro seria capaz ajudar um amigo do parlamentar na liberação de um “ativo minerário” — em tese, investimento em exploração mineral.

Em troca, ele conseguiu autorização para comprar um banco, empurrou papéis que não valiam nada para governos e fundos de aposentadoria, garantiu o direito de pedir conselhos a ministro do STF e fazer reunião fora da sede da corte com outro, e quase conseguiu fazer com que seu Master fosse incorporado pelo BRB.

Não dá para colocar em um mesmo balaio todos os que, de um jeito de outro, tiveram algum tipo de relacionamento suspeito com Vorcaro. Cada caso é específico e deve avaliado e julgado como tal — um charuto, afinal, pode ser apenas um charuto.

Mas a abrangência das relações do ex-banqueiro ajuda a entender a lógica de um poder que com frequência demonstra existir apenas para garantir a permanência e os lucros dos que dele fazem parte. É fundamental que, no mês que falta para a eleição, tudo o que já foi apurado seja colocado à luz do sol, não podemos votar sob a sombra de tamanhos escândalos.

EDITORIAL

O Super El Niño que a humanidade aguentará

O aquecimento das águas do Oceano Pacífico em impressionantes 2,8 graus acima da média não representa apenas mais um episódio do El Niño. Trata-se de um alerta climático de proporções globais. Em um planeta que já enfrenta os efeitos do aquecimento provocado pela ação humana, um fenômeno natural dessa magnitude deixa de ser apenas uma oscilação meteorológica para se transformar em um poderoso amplificador de extremos. Cientistas da Organização Meteorológica Mundial e da NOAA já classificam o atual evento como potencialmente histórico, com possibilidade de se tornar um dos mais intensos já registrados.

Os próximos meses coincidirão com a chegada do verão no Hemisfério Sul, período em que os impactos tendem a se intensificar. No Brasil, especialmente na Região Sul, cresce o risco de temporais, enchentes e deslizamentos, enquanto áreas do Norte e do Nordeste poderão enfrentar calor intenso, estiagens prolongadas e redução da disponibilidade hídrica. O resultado será um desafio para a agricultura, para a geração de energia e para o abastecimento das cidades.

Mas os efeitos ultrapassam fronteiras. Na Oceania, incêndios florestais podem ganhar força; no Sudeste Asiático e na África Austral, a seca ameaça colheitas e amplia o risco de insegurança alimentar. Em partes da América do Sul, chuvas excepcionais podem provocar perdas humanas e econômicas. Ao mesmo tempo, oceanos mais quentes comprometem a pesca, favorecem o branqueamento de corais e alteram ecossistemas dos quais dependem milhões de pessoas.

É preciso compreender que o El Niño não é consequência direta das mudanças climáticas, mas seus impactos tornam-se muito mais severos em um planeta já aquecido. O calor adicional acumulado nos oceanos fornece energia para eventos extremos mais frequentes, mais intensos e mais duradouros. A natureza continua obedecendo aos seus ciclos; o problema é que esses ciclos agora operam sobre uma atmosfera e um oceano muito mais quentes do que há poucas décadas.

Não há espaço para surpresa nem para improviso. Os alertas científicos vêm sendo emitidos com antecedência suficiente para que governos fortaleçam sistemas de prevenção, ampliem obras de infraestrutura, reforcem a defesa civil e preparem os serviços de saúde. A sociedade também precisa compreender que adaptação climática deixou de ser uma agenda do futuro. É uma necessidade do presente.

O verão que se aproxima poderá testar a capacidade de resposta de países inteiros. Se o Pacífico já deu seu recado, resta saber se o mundo finalmente estará disposto a ouvi-lo.

OPINIÃO DO LEITOR

Responsabilidade

O eleitor precisa ter muita responsabilidade na hora de votar neste ano. Nosso país está superando a pior crise de sua história e não pode embarcar em uma aventura qualquer no próximo ano. A gente precisa de gestores competentes e com experiência. Não estamos em fase de testar ninguém. Economia não é brincadeira e não pode ser terceirizada.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057	BRASÍLIA ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20	SÃO PAULO Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510
---	--	--

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CAIUÁ MAIA/DIVULGAÇÃO CAMPANHA TARCÍSIO DE FREITAS



Governador respondeu perguntas da imprensa sobre operação do MP

“Não vou tolerar desvios”, diz Tarcísio após prisão de ex-diretor tributário

O Ministério Público de São Paulo deflagrou na quinta-feira (3) uma operação contra um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo procedimentos tributários na Secretaria da Fazenda do Estado. Foram expedidos dois mandados de prisão preventiva e 47 de busca e apreensão. Entre os presos está André Weiss, ex-diretor-geral executivo da Administração Tributária e então número 3 da Fazenda paulista, que deixou o cargo em maio. A investigação, desdobramento da Operação Ícaro, apura pagamentos para facilitar a liberação de créditos de ICMS. Segundo o MP, as vantagens indevidas variavam de 1% a 10% dos créditos. Um dos investigados teria repassado R\$ 13,6 milhões ao então delegado regional tributário do Butantã entre 2021 e 2025. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou durante coletiva de imprensa que não vai tolerar desvios e defendeu a responsabilização dos envolvidos.

Desfile de 7 de Setembro deve reunir autoridades

O desfile cívico-militar de 7 de Setembro - Dia da Independência, será realizado a partir das 9h, no Distrito Anhembi, na capital paulista. Está prevista a presença do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), do vice-governador Felício Ramuth (PSD) e do prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB). Até o fechamento desta edição, a campanha de Fernando Haddad (PT) não havia confirmado a participação do candidato. O evento terá representantes das Forças Armadas, forças de segurança, escolas e associações e será aberto ao público.

JOSÉ CORDEIRO/SPTURIS



Ato cívico-militar será no sambódromo do Anhembi, na capital

Justiça manda Derrite retirar propaganda

A Justiça Eleitoral determinou, na quinta-feira (3), que Guilherme Derrite (PP), candidato ao Senado; Barros Munhoz (PSD) e Danilo Joan (PP), candidatos a deputado estadual; e Vinicius Marchese (PSD) e Mauricio Neves (PP), candidatos a deputado federal, retirem, em 48 horas, propagandas instaladas em canteiros e rotatórias de Mogi Guaçu. A juíza Bruna Marchese e Silva considerou que os locais são bens de uso comum. Se a ordem não for cumprida, os materiais poderão ser apreendidos pela Justiça Eleitoral.

SP prorroga isenção de ICMS até dezembro

O governo de São Paulo prorrogou até 31 de dezembro de 2026 a isenção de ICMS sobre produtos industrializados ou semielaborados de origem nacional enviados a Áreas de Livre Comércio. O benefício alcança áreas no Amapá, Roraima, Rondônia, Amazonas e Acre. A medida consta do Decreto nº 70.842, assinado pelo governador Tarcísio de Freitas, e altera o Regulamento do ICMS paulista.

Obras do Rodoanel Norte

Tarcísio de Freitas (Republicanos) visitou nesta quinta (3) as obras do Rodoanel Norte e afirmou que o trecho completo será entregue até o fim do ano. Candidato à reeleição, ele anunciou R\$ 500 bilhões em investimentos para os próximos quatro anos em saneamento, mobilidade, logística e infraestrutura nas periferias.

Porto de Santos

Fernando Haddad (PT), candidato ao governo de São Paulo, afirmou ser contra a privatização do Porto de Santos. Em visita à Baixada Santista, defendeu manter a autoridade portuária pública e conceder espaços específicos à iniciativa privada. Segundo ele, os recursos obtidos seriam destinados a acessos e vias ligados ao complexo portuário.

Entidades proibidas

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) atualizou a lista de entidades proibidas de receber novos auxílios, subvenções ou contribuições do Estado e dos municípios. A relação, publicada no Comunicado SDG nº 44/2026, é revista mensalmente. Entidades são retiradas após regularização e incluídas quando há decisão definitiva da Corte.

Associado a terroristas

A Justiça Eleitoral confirmou em definitivo o direito de resposta de Thiago Ávila (Rede) contra o rabino Micha Gamerman. O processo transitou em julgado e não cabe mais recurso. Micha terá de manter por 52 dias no Instagram o vídeo com a resposta de Ávila às publicações que o associaram a grupos terroristas. A medida havia sido determinada pelo TRE-SP.

Reconhecimento Cultural

A Secretaria da Cultura de SP reconheceu o Projeto Sociocultural Estrela, de São José dos Campos, como instituição cultural. A entidade atende crianças e adolescentes no contraturno escolar, com atividades de música, dança, teatro, artes e esportes. O certificado permite enquadramento em mecanismos estaduais de incentivo à cultura.

Obras de Arte ao Estado

O governo de São Paulo autorizou o recebimento de duas obras de arte doadas por Felipe Martin de Góes à Coordenadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo. A doação, sem encargos para o Estado, foi aprovada após parecer jurídico e manifestação favorável do Conselho de Orientação do Acervo. A autorização foi publicada na quarta-feira (2).



Justiça retirou Sabesp da ação por ser Pessoa Jurídica e mantve autoridades

Publicidade da Sabesp vira alvo de ação contra Tarcísio no TRE-SP

Campanha do governador cita “tentativa do PT de impedir a atuação da empresa”

Da **Redação**

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) determinou, na tarde de quinta-feira (3), o prosseguimento de uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) contra o governador e candidato à reeleição Tarcísio de Freitas (Republicanos), o vice-governador Felício Ramuth (MDB) e o diretor-presidente da Sabesp, Carlos Augusto Leone Piani. Os três terão cinco dias para apresentar defesa.

A ação foi ajuizada pela coligação Desperta São Paulo, formada por PDT, PSB, Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV) e Federação PSOL Rede. O processo questiona publicações feitas pela Sabesp a partir de 4 de julho de 2026, início do período de restrição à publicidade institucional previsto na legislação eleitoral.

Segundo a coligação, a campanha realizou 145 publicações no período, das quais cerca de 40 tratariam de serviços, obras, programas e investimentos. Afirma ainda que o conteúdo teria beneficiado eleitoralmente Tarcísio e Felício.

A ação pede o reconhecimento de abuso de poder político, abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação. Entre as sanções solicitadas estão a cassação do registro ou diploma e a decla-

ração de inelegibilidade por oito anos. Os pedidos ainda não foram julgados.

Na decisão, o corregedor regional eleitoral e relator, desembargador Roberto Maia Filho, determinou a exclusão da Sabesp do polo passivo da ação. Ele citou entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que pessoas jurídicas não podem figurar como rés em Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) porque não estão sujeitas às sanções de cassação e inelegibilidade.

A exclusão não impede que o TRE solicite documentos e informações à empresa durante a apuração. Permanecem como polo passivo: Tarcísio, Felício e Piani, que deverão apresentar defesa em cinco dias. A decisão não analisou o mérito.

Em nota, a campanha de Tarcísio afirmou que o governador ainda não foi notificado e classificou a ação como uma “nova tentativa do PT de impedir a atuação da Sabesp”. Segundo a campanha, “uma representação anterior sobre publicidade da companhia foi rejeitada pelo TRE sob o entendimento de que, por ser uma empresa privada, a Sabesp pode divulgar seus serviços e orientar consumidores”. O Correio da Manhã também encaminhou questionamentos à Sabesp e aguarda resposta.



Entre os conteúdos citados estão vídeos sobre a Praça do Triunfo

Justiça manda Prefeitura de SP retirar posts sobre Tarcísio

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) determinou que a Prefeitura da capital retire das redes sociais publicações sobre ações realizadas com o governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos). A liminar atende a um pedido da coligação de Fernando Haddad (PT), que apontou publicidade institucional em período vedado pela legislação eleitoral. Entre os conteúdos citados estão vídeos sobre a Praça do Triunfo, o Residencial Ipê e a Linha 17-Ouro do Metrô. A decisão chegou a fixar prazo de 24 horas para a remoção e multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento. A juíza Domitila Manssur não analisou, nesta etapa, se houve abuso de poder ou uso indevido dos meios de comunicação. Ricardo Nunes (MDB) afirmou que recorrerá. A Prefeitura disse que aguardava notificação oficial.

CCJ avaliza 36 projetos de saúde e segurança

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de São Paulo aprovou pareceres de legalidade para 36 dos 44 itens analisados nesta quarta-feira (2). Oito foram adiados. Entre as propostas que avançaram estão a atuação de agentes da Operação Delegada contra ruídos de festas irregulares e a inclusão da pessoa com deficiência no nome da Comissão de Saúde. Também seguiram projetos contra a violência política de gênero e raça e de criação do programa Farmácia Solidária na capital paulista.

DOUGLAS FERREIRA | REDE CÂMARA SP



Também seguiram projetos contra a violência política de gênero

Comissão avança veto a grampos em embalagens

A Comissão de Saúde da Câmara de São Paulo aprovou parecer favorável ao projeto que proíbe grampos metálicos em embalagens de alimentos para entrega. A proposta determina o uso de materiais adequados ao contato com a comida para reduzir riscos de acidentes e contaminação. O colegiado também destacou a campanha Setembro Verde, voltada à inclusão de pessoas com deficiência e ao incentivo à doação de órgãos e tecidos, e indicou representantes para o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres.

Câmara homenageia profissionais de educação

A Câmara Municipal da cidade de São Paulo realizou uma solenidade em homenagem ao Dia do Profissional de Educação Física. O evento ocorreu na terça-feira (1º), data que marca a sanção da lei federal que regulamentou a profissão no país, em 1998. A cerimônia foi promovida pelo na Casa pelo vereador George Hato (MDB), em parceria com o Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região.

Congonhas sob debate

A Comissão de Trânsito da Câmara de SP aprovou a realização de uma audiência pública sobre a poluição sonora provocada pelas operações do Aeroporto de Congonhas. O debate deverá abordar impactos do ruído de pousos, decolagens e sobrevoos na rotina e na saúde dos moradores da região, além de reunir pessoas do poder público.

Futuro do Telefunken

O colegiado autorizou uma audiência pública para discutir a criação do Parque Telefunken, na zona sul. A área está localizada entre as avenidas Miguel Yunes e Nossa Senhora do Sabará e possui remanescentes de Mata Atlântica. O encontro deverá avaliar a preservação ambiental do terreno e ouvir moradores, entidades e órgãos municipais.

Destaques do mercado

A Câmara de SP sediou, na quarta-feira (2), a entrega do Prêmio Marketing e Agências Destaques 2026. A cerimônia reconheceu profissionais e empresas ligados às áreas de marketing e comunicação. A iniciativa foi promovida por Edir Sales (PSD), em parceria com a Escola Brasileira de Empreendedorismo, e ocorreu nas dependências da Câmara.

Setor reúne talentos

O evento reuniu lideranças empresariais, comunicadores, especialistas em marketing e artistas representados por agências. A programação foi voltada ao reconhecimento da atuação de profissionais e organizações do setor. A solenidade também aproximou representantes de diferentes segmentos da comunicação e do mercado corporativo.

SME terá de explicar

A Comissão de Educação da Câmara de SP aprovou pedidos de informações à Secretaria Municipal de Educação sobre possíveis mudanças em escolas. Os requerimentos tratam da reorganização das etapas de ensino nas EMEFs João Cândido, Professor Linneu Prestes e Arquiteto Luís Saia, além da situação estrutural da EMEF Monteiro Lobato.

Cultura ganha espaço

O colegiado aprovou o projeto que cria o Programa Museu de Arte de Rua, de incentivo da arte urbana na capital. Também avançou a proposta que inclui o Dia do Catador de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. O vereador Celso Giannazi foi escolhido para integrar a comissão do Prêmio Heitor Villa-Lobos, de educação musical.



Prefeito de São Paulo em evento do Republicanos na capital

Justiça intima Nunes por vagas destinadas a idosos

Decisão cobra acolhimento de pessoas vulneráveis em unidades adequadas

Da Redação

A Justiça de São Paulo determinou a intimação pessoal do prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o bloqueio de R\$ 30 mil em ativos da Prefeitura. A medida foi adotada após o município deixar de apresentar informações sobre o cumprimento de uma decisão que previa a criação de vagas para idosos em situação de vulnerabilidade.

O caso envolve pessoas que permanecem internadas em hospitais municipais mesmo após receberem alta médica, por não terem condições familiares, financeiras ou sociais para deixar as unidades. A determinação foi expedida em uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público de SP.

Em março de 2025, a 7ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo ordenou que a administração municipal disponibilizasse, em até 90 dias, pelo menos 30 vagas em Instituições de Longa Permanência para Idosos de grau III. Esse tipo de unidade atende pessoas que necessitam de assistência contínua para realizar atividades diárias.

O município também deveria oferecer outras 30 vagas no prazo de 180 dias. Além disso, a Justiça estabeleceu um período de 60 dias para que a Prefeitura apresentasse uma relação no-

minal dos idosos mantidos em hospitais ou leitos de retaguarda por questões sociais.

A administração municipal foi comunicada sobre a decisão ainda em março de 2025. O processo transitou em julgado em maio daquele ano, quando foram encerradas as possibilidades de recurso naquela etapa. Segundo os autos, entretanto, a lista solicitada não foi entregue dentro do prazo estabelecido.

Sem as informações, a Justiça afirmou não ser possível verificar se as vagas foram efetivamente disponibilizadas e se os idosos hospitalizados receberam encaminhamento adequado. Diante disso, determinou o bloqueio de recursos públicos e a intimação do prefeito para que a ordem seja cumprida.

A Procuradoria-Geral do Município informou que ainda não tinha conhecimento formal da nova intimação. Já a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social declarou que analisará as medidas jurídicas possíveis depois de ser oficialmente notificada.

A pasta afirmou que a determinação de acolhimento está sendo executada. Segundo a Prefeitura, parte dos idosos já foi transferida. Outros estão em processo de encaminhamento. O município diz ter implantado uma instituição com 60 vagas e equipe multiprofissional.



Vini Oliveira na 2ª Reunião Ordinária em 4 de fevereiro

Sessão que julga cassação de mandato de Vini será dia 9

A Câmara marcou para a próxima quarta-feira (9), às 9h, a sessão de julgamento para decidir o futuro do mandato do vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP). A convocação foi feita pelo presidente da Casa, vereador Luiz Rossini (Republicanos-SP) após a Comissão Processante aprovar o relatório final que recomendou a cassação do parlamentar por infrações político-administrativas. A denúncia partiu da vereadora Mariana Conti (PSol-SP), com base em reportagem da TV Record que mostrou a presença do parlamentar na Smile Transporte, em reunião a portas fechadas e recebendo malote cujo conteúdo é desconhecido. A viação compõe o consórcio que havia vencido a licitação do transporte público de Campinas. Desde o princípio do processo, o vereador nega integralmente as acusações.

O rito

Durante a Sessão de Julgamento, no rito da legislação aplicável, serão lidas peças requeridas e vereadores discursam por até 15 minutos. O denunciado ou procurador terá duas horas para defesa oral. Para a cassação, são necessários 22 votos dos 33 parlamentares. Sem o número mínimo, ocorre o arquivamento. Impedida de votar por ser autora da denúncia, Conti dará lugar ao suplente Paulo Bufalo, que votará favoravelmente à cassação.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS



São necessários 22 votos dos 33 parlamentares para cassação

Estratégia de Vini

Caso Vini opte por renunciar, mantém os direitos políticos. Já se for cassado, ficará inelegível por oito anos. Como estratégia, tem levado a disputa jurídica para campanha eleitoral, em vez de procurar uma solução negociada com os pares. Nas redes sociais, o candidato à Alesp pontua que está sendo perseguido. A tática busca transformar a possível perda do processo, no Legislativo, em um argumento de mobilização junto aos eleitores fora da Câmara Municipal.

Bastidores

Nos bastidores, circula de tudo: que ele estaria comprando a ausência dos demais parlamentares, e que já teria 12 no bolso; que a Casa optará por uma solução intermediária, punindo-o com afastamento e retirada do salário por ter desenrado Benê Lima (PL-SP) com ofensas de cunho sexual; e que irão cassá-lo sem dó nem piedade. A conferir.

PINGA-FOGO

18º Fórum de Profissões

Estudantes de Campinas e região poderão conhecer opções de formação técnica e conversar com profissionais no 18º Fórum de Profissões, nos dias 10 e 11 de setembro. O evento é gratuito e terá a presença de empresas e de exposições de tecnologias. A organização prevê a presença de 5 mil pessoas, entre alunos dos ensinos Fundamental e Médio.

1º Encontro de Tecnologias

Esta edição traz o 1º Encontro de Tecnologias e Profissões, reunindo centros de pesquisa, empresas e organizações com opções de carreira para estudantes. O fórum é realizado pela OSC Grupo Primavera em parceria com a secretaria municipal de Educação com o objetivo de conectar conhecimento escolar ao mercado de trabalho.

Orientação profissional

Empresas convidadas apresentarão suas respectivas áreas de atuação e possibilidades profissionais. O evento também oferecerá aos estudantes orientações para a escolha da carreira. A programação ocorrerá no Centro de Eventos da Secretaria (na rua Antônio Nunes dos Santos, 121, no Jardim do Vovô), das 8h às 17h, em ambos os dias.

Colégio Técnico

O Fórum integra as atividades do Projeto PACTO - Preparando Adolescentes para o Colégio Técnico, iniciativa que completa 24 anos de existência em 2026. O Grupo Primavera oferece a estudantes dos 8º e 9º anos do Fundamental II da rede pública e a moradores da região dos Amarais, preparando-os por meio de aulas diárias de reforço escolar.

Vestibulinho

De acordo com os organizadores, os estudantes do projeto acompanham uma rotina de aprendizado de educação complementar, cultural e profissional, com metodologia própria, foco e disciplina. Já o fórum complementa essa preparação, conectando o estudo às exigências do mercado e à escolha do vestibulinho.

Grupo Primavera

Fundado em 1981, o Grupo Primavera atende crianças, adolescentes e jovens de 6 a 18 anos do entorno do Jardim São Marcos. O ingresso nos programas segue critérios como perfil socioeconômico vulnerável e matrícula na rede pública de ensino. Em 45 anos de existência, atingiu a marca de mais de 15 atendidos.



Apresentação do relatório final da comissão especial de estudos

Reforma tributária pode ameaçar autonomia fiscal

Câmara aponta riscos de receita e propõe ações para a transição

Por **Raquel Valli**

A reforma tributária poderá reduzir a autonomia fiscal de Campinas e provocar oscilações na arrecadação durante a transição para o novo sistema de impostos. O alerta é do relatório final da Comissão Especial de Estudos sobre a Reforma Tributária da Câmara. O principal ponto abordado é a substituição gradual do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), cobrado pelos municípios, pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O relatório explica que não se trata apenas da troca de um imposto por outro.

O novo modelo também mudará a forma como as receitas são arrecadadas e distribuídas. Isso porque a gestão do IBS ficará a cargo de um Comitê Gestor.

Na prática, os municípios terão menos controle direto sobre a arrecadação. Por isso, a comissão aponta incertezas sobre os critérios de divisão dos recursos e os efeitos da transição.

O documento aponta, entretanto, que Campinas também poderá se beneficiar com a mudança já que o município tem mercado consumidor relevante e economia diversificada, com serviços, tecnologia, comércio, indústria, inovação

e logística. Como o IBS seguirá o princípio da tributação no destino, a receita tende a ser relacionada ao local onde ocorre o consumo e esse perfil pode favorecer Campinas.

Mas, o resultado dependerá da distribuição dos recursos entre os municípios.

Durante a transição, a arrecadação poderá variar e os efeitos serão diferentes entre os setores da economia. Por isso, a comissão recomenda que Campinas se prepare para esses cenários.

Entre as medidas sugeridas estão a modernização dos sistemas da prefeitura, a integração de dados ao Comitê Gestor do IBS, investimentos em inteligência fiscal e capacitação dos servidores da Secretaria de Finanças. A comissão também defende a revisão das leis tributárias municipais.

O documento recomenda ainda que Campinas participe de articulações da Frente Nacional de Prefeitos para defender a autonomia municipal e discutir a distribuição do IBS e os fundos de compensação.

Também propõe ampliar o atendimento e a educação fiscal e a competitividade de micro e pequenas empresas. Com 111 páginas, será encaminhado ao prefeito Dário Saadi (Republicanos) para avaliação.

Consórcio de ônibus vira alvo de processo que pode encerrar concessão

Artesp abriu processo por falhas na operação de linhas intermunicipais e iniciou 60 dias de fiscalização

Por **Moara Semeghini**

A Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) instaurou processo administrativo contra o Consórcio BUS+, responsável pelas linhas de ônibus intermunicipais que ligam Campinas às cidades da região, após identificar irregularidades na operação durante fiscalização realizada desde março de 2026. Segundo a agência, o procedimento pode resultar na caducidade do contrato, medida que prevê a perda da concessão.

O procedimento ocorre em meio a uma série de reclamações de passageiros de Campinas e região sobre atrasos constantes, superlotação, redução injustificada de horários e falhas operacionais nas linhas administradas pela empresa.

FISCALIZAÇÃO FLAGRA FALTA DE VIAGENS NO HORÁRIO DE PICO

Para forçar o cumprimento das exigências contratuais, a Artesp deu início



ARTESP/DIVULGAÇÃO

A Artesp instaurou processo administrativo contra o Consórcio BUS+, responsável pelas linhas de ônibus intermunicipais que ligam Campinas às cidades da região

a uma operação de 60 dias de fiscalizações diárias e intensas nos terminais e pontos estratégicos que servem os passageiros da região de Campinas.

Em uma das vistorias realizadas na manhã desta quinta-feira (3), entre 6h e 8h, fiscais da agência monitoraram 14 linhas metropolitanas da região e constataram que, das 46 viagens autorizadas para o período, apenas 34 foram realizadas, uma taxa de descumprimento que deixou 12 viagens sem atendimento (74% de cumprimento médio). Além das partidas canceladas no horário de maior

movimento, a fiscalização registrou atrasos e falhas em equipamentos obrigatórios dos veículos.

De acordo com o superintendente de transporte coletivo da Artesp, Felipe Freitas, a intensificação das blitzes ocorre após a concessionária ignorar determinações do órgão estadual.

“A Agência determinou que o consórcio apresentasse um plano de melhoria e, como não ocorreu, agora estão sendo realizadas fiscalizações intensas durante 60 dias para forçar a melhoria da prestação de serviço dentro do que determina

as regras contratuais. Essa ação, aliada a um processo administrativo, gera penalidades e pode chegar até a caducidade do contrato”, explicou Freitas. Desde março, as equipes da Artesp já vistoriaram 100% da frota do consórcio para monitorar indicadores de manutenção dos coletivos, pontualidade e índice de lotação.

IMPACTO NO TRANSPORTE

O Consórcio BUS+ é o grupo responsável pela operação do transporte público metropolitano que interliga os municípios da Região Metropolitana com destino

a Campinas. Em seu site oficial, o grupo informa que opera com uma frota de 408 ônibus, realizando cerca de 130 mil viagens por mês para atender uma média de 3,2 milhões de passageiros no período.

O QUE DIZ O CONSÓRCIO BUS+

Procurada nesta quinta-feira (3) para comentar a intensificação das fiscalizações da Artesp e o processo administrativo que pode casar a concessão, a assessoria de imprensa do Consórcio BUS+ informou que “não irá comentar o assunto, por enquanto”.

Com Unicamp, Saúde cria teleatendimento para dependentes em bets

Da **Redação**

Em uma iniciativa voltada a combater os impactos do vício em jogos e apostas online (bets), a Prefeitura de Campinas, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, lançou o programa “Virando o Jogo”. A principal novidade é a oferta de um serviço inédito de teleatendimento público, estruturado com o suporte científico e prático da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O serviço passou a funcionar nesta quinta-feira (3) oferecendo triagem, orienta-

ção e encaminhamento para moradores que enfrentam problemas com o jogo compulsivo. O pilar do programa para garantir a qualidade do acompanhamento é a cooperação com o Ambulatório de Substâncias Psicoativas (Aspa) da Unicamp. A universidade atuará diretamente na formação e capacitação continuada dos profissionais de saúde da rede pública municipal. Semanalmente, equipes municipais e especialistas do Aspa realizarão encontros de 1h30 para discussão de casos, abordagem de estratégias te-



ROGÉRIO CAPELA/PREFEITURA DE CAMPINAS

Dário Saadi e o secretário de Saúde, Lair Zambon, no lançamento do projeto

rapêuticas e alinhamento de condutas. Além disso, os profissionais do teleatendimento, composto por psicólogos, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais, passarão por uma imersão no próprio ambulatório da universidade,

que já atende esses casos desde maio.

Segundo a psiquiatra do Aspa/Unicamp, Renata Azevedo, o ambulatório da universidade recebe cerca de dez novos pacientes por semana com problemas ligados a apostas.

“De lá para cá, a gente tem recebido em torno de 10 pacientes por semana, casos novos”, disse a médica.

A proposta do município é que o treinamento permanente prepare não apenas a equipe do teleatendimento, mas qualquer profissional da rede de saúde local (como Centros de Saúde e Caps) para identificar e acolher sinais de dependência em apostas. Os profissionais do serviço virtual também receberam capacitação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Para facilitar o acesso de quem precisa de suporte sem sair de casa, o acolhimento será feito de forma 100% digital. Pelo WhatsApp, o atendimento começa em conversa com a assistente virtual Ana, da Secretaria de Saúde, pelo número (19) 99899-0903.

CORREIO
GRANDE CAMPINAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA



Evento reuniu a sociedade para definir ações locais de longo prazo

Paulínia atualiza fórum para planejar a cidade até 2037

A Câmara de Paulínia aprovou, nesta terça-feira (1º), a atualização do Fórum Municipal “O Futuro é Agora”, que passa a ter como horizonte de planejamento o ano de 2037. A proposta busca reunir a sociedade civil para discutir problemas da cidade, elaborar diagnósticos e propor ações e políticas públicas. Criado em 2025, o fórum deverá iniciar os trabalhos em 2027. A iniciativa prevê comissões temáticas e orientações que poderão servir de base para os futuros Planos Plurianuais (PPAs) do município. A atualização foi proposta pelo vereador Fabio Valadão (PL) e amplia o planejamento para dez anos. A ideia é reunir setores da sociedade para definir prioridades de longo prazo e ajudar a orientar investimentos e políticas públicas de Paulínia, com participação de diferentes setores da sociedade.

Americana aprova regularização do ISS

Os vereadores de Americana aprovaram, nesta terça-feira (1º), projeto que cria um regime de regularização de débitos do Imposto Sobre Serviços (ISS). A proposta permite regularizar obrigações não declaradas até 31 de dezembro de 2025, antes do lançamento pela Fazenda Municipal. Para aderir, o valor principal deverá ser apurado e pago até 31 de dezembro de 2026. O texto prevê remissão de juros e correção monetária, além de anistia das multas previstas na legislação municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE AMERICANA



Contribuintes terão condições facilitadas para quitar valores

Indaiatuba abre consulta para plano educacional

Indaiatuba abriu uma Consulta Pública para a construção do Plano Municipal de Educação 2026-2036. A população poderá enviar sugestões sobre metas, estratégias e prioridades que devem orientar as políticas educacionais pelos próximos dez anos. Educadores, estudantes, famílias e profissionais da área também podem participar. As contribuições serão analisadas pelos grupos responsáveis pela elaboração do documento e poderão integrar a versão final. A consulta está disponível no site do município.

Valinhos amplia climatização escolar

Valinhos iniciou um programa de climatização das escolas municipais. A EMEB Dona Estephania de Carvalho Vieira Braga foi a primeira unidade a receber ar-condicionado em todas as salas. Outras 12 escolas serão contempladas ainda em 2026. A iniciativa conta com emendas parlamentares e tem como meta climatizar toda a rede até o fim da atual gestão, garantindo mais conforto para alunos e profissionais.

Parque Ecológico

O Parque Ecológico de Americana recebeu 23.481 visitantes em agosto, média de 1.067 por dia nos 22 dias de funcionamento. O espaço abriga cerca de 400 animais de mais de 103 espécies, em uma área de 120 mil metros quadrados. O local funciona de quarta a domingo, das 8h às 17h, com ingressos a R\$ 10 para adultos.

Processo seletivo

Santa Bárbara d'Oeste abriu processo seletivo para cadastro de estagiários. As inscrições seguem até 15 de setembro, pelo site do CIEE, com prova on-line. Há oportunidades para ensino médio, técnico e superior, incluindo Jornalismo, Direito e Pedagogia. A jornada é de 30 horas semanais, com bolsa e auxílio-transporte de R\$ 11,80 por dia.

Holambra terá audiência

Holambra realiza em 23 de setembro audiência pública sobre a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027. O encontro será às 18h, no plenário da Câmara, com participação aberta à população e transmissão pela TV Câmara, pela internet. A apresentação será conduzida por Núbia Aparecida de Campos, de Finanças.

Megafeirão reúne 14 lojas

Artur Nogueira iniciou nesta quinta-feira (3) o Megafeirão de Automóveis, no Cinturão Verde. O evento reúne 14 lojas da cidade e segue até 15 de setembro, das 8h às 18h. A ação busca movimentar o comércio local, incentivar as vendas e ampliar as oportunidades de negócios para quem busca comprar um veículo na cidade.

Ações de zeladoria

Valinhos mantém ações de zeladoria em diferentes regiões. Entre segunda e quarta-feira (31 a 2), equipes realizaram roçada, capina, jardinagem e manutenção em avenidas, praças, unidades públicas e áreas de convivência. Os serviços incluíram Jardim do Lago, Jardim Maracanã, Jardim das Figueiras e avenida Joaquim Alves Corrêa.

Avenida terá bloqueio

A Avenida Domingos Ferrarezzi, em Indaiatuba, será interditada neste domingo (6), das 5h às 11h, para a realização da Indaiatuba Clube Run. O bloqueio ocorrerá entre a Avenida Fábio Ferraz Bicudo e a Rodovia João Ceccon. Agentes de Mobilidade Urbana estarão no local para orientar os motoristas e organizar os desvios.



Agentes verificaram horários, lotação e condições dos ônibus em Sumaré

Artesp aponta falhas e cobra melhorias do Consórcio BUS+

Fiscalização encontrou 12 viagens não realizadas, atrasos e falhas nos veículos

Da Redação

A Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) informou nesta quinta-feira (3) que mantém fiscalização contínua sobre o Consórcio BUS+, responsável pelas linhas de ônibus intermunicipais da Região Metropolitana de Campinas (RMC). A medida ocorre após a abertura de um processo administrativo por descumprimento contratual e pela ausência de um plano de melhoria apresentado pelo consórcio.

Nesta quinta, uma nova fiscalização foi realizada no Terminal Rodoviário de Sumaré, entre 6h e 8h. Os agentes acompanharam nove linhas com partidas no terminal e outras cinco que passam pelo local. Ao todo, estavam previstas 46 viagens. Deste total, 34 foram realizadas, enquanto 12 não ocorreram, segundo o balanço divulgado pela agência.

Também foram registradas falhas em equipamentos obrigatórios e atrasos. A ação teve como objetivo verificar a regularidade do serviço, considerando o cumprimento da programação, a lotação dos veículos e outros requisitos operacionais. A fiscalização faz parte de um esforço iniciado em março.

De acordo com Felipe Freitas, superintendente de transporte coletivo da Artesp, o BUS+ foi orientado a apresentar um plano de melhoria, mas a exigência não teria sido atendida. Por isso, a agência fará fiscalizações intensas durante 60 dias. As ações podem gerar penalidades previstas no contrato e, em uma etapa mais grave, levar à caducidade.

RECLAMAÇÕES SOBRE O SERVIÇO

O caso ocorre em meio a reclamações de passageiros sobre atrasos, falta de ônibus, superlotação e redução de horários. Na linha 654, que liga Sumaré ao Shopping Iguatemi, em Campinas, passando por Hortolândia, foram registrados 840 problemas entre março e agosto. Conforme os dados da Artesp, 94% das ocorrências estavam ligadas à falta ou ao atraso dos ônibus.

O Consórcio BUS+ atribui parte dos problemas à escassez de motoristas. Em posicionamento, afirmou que a falta temporária de profissionais qualificados tem afetado diretamente a operação. Também citou os congestionamentos nas rodovias, principalmente nos horários de pico. Para enfrentar a falta de mão de obra, informou que está criando um programa de formação de motoristas.

REPRODUÇÃO/MINISTÉRIO PÚBLICO DE SP



Ferramenta busca apoiar decisões baseadas em dados regionais

Observatório reúne dados da educação pública no Oeste Paulista

O Oeste Paulista passou a contar com uma plataforma digital voltada ao acompanhamento da educação pública. O Observatório Regional de Justiça Educacional do Oeste Paulista foi criado pela Promotoria de Justiça Regional de Direitos Sociais de Presidente Prudente para reunir informações e apoiar o planejamento de ações na região. A ferramenta apresenta dados sobre redes de ensino, unidades escolares e estudantes, permitindo uma análise integrada do cenário educacional. A iniciativa define cinco prioridades de atuação regional e possibilita acompanhar indicadores, identificar situações de vulnerabilidade e planejar medidas preventivas. Segundo o Ministério Público, a proposta é fortalecer a cooperação entre órgãos envolvidos na educação e ampliar a capacidade de identificar problemas antes que se agravem.

Sorocaba torna mutirão permanente

Sorocaba tornou permanente o programa “Mutirão de Empregos” com a publicação da Lei nº 13.586, no Jornal do Município. A norma altera a legislação que trata do Calendário Municipal e institucionaliza a iniciativa como política pública contínua. A medida busca garantir a manutenção das ações de incentivo à empregabilidade, independentemente de mudanças na administração municipal. A justificativa destaca o papel do programa na promoção dos moradores a novas possibilidades profissionais.

REPRODUÇÃO/PREFEITURA DE PIRACICABA



Iniciativa ganha respaldo legal para manter suas atividades

Região de Jundiaí discute demandas comuns

O Parlamento Regional Intermunicipal reuniu representantes de municípios da região de Jundiaí, na Câmara Municipal, para discutir demandas de transporte e saúde. Na mobilidade, os municípios deverão apresentar reivindicações à Artesp e também tratar dos projetos do Trem Intercidades (TIC) e do Trem Intermetropolitano (TIM). Na saúde, o debate envolveu a organização dos fluxos de atendimento dos hospitais São Vicente e Regional. Como encaminhamento, será elaborada uma carta-compromisso com as principais demandas.

Tietê reduz notificações para terrenos

A Câmara de Tietê aprovou projeto que altera as regras para conservação de terrenos, muros, calçadas e limpeza urbana. Após a primeira notificação, o proprietário terá de manter o imóvel nas condições exigidas por 12 meses, sem necessidade de nova comunicação da Prefeitura. O prazo para regularização também passa de 15 dias para 15 dias úteis. A medida busca reduzir a burocracia e tornar a fiscalização mais ágil.

Câmara cobra melhorias

Segurança, iluminação e manutenção urbana estão entre os pedidos apresentados por vereadores de Sorocaba na sessão desta quinta-feira (3). As indicações incluem reforço de rondas no Jardim Novo Mundo, melhorias na iluminação de vias, pavimentação, limpeza e roçagem de áreas públicas, instalação de calçadas, contêineres, bocas de lobo e lombadas.

Boituva abre vagas PCD

O Posto de Atendimento ao Trabalhador de Boituva está com processo seletivo aberto para vagas exclusivas para pessoas com deficiência. As oportunidades são para a função de operador de envase em uma empresa do município. A seleção será realizada no dia 15 de setembro, a partir das 9h, no Simplifica, na Rua Coronel Eugênio Motta, 985.

Educação financeira

Alunos da rede municipal de Presidente Prudente participam de ações de educação financeira promovidas pela Seduc em parceria com a Eixo SP. Por meio do espetáculo “O Sonho de um Circo”, as crianças aprendem sobre economia, consumo consciente e poupança. O projeto terá 11 apresentações e deve alcançar mais de 1.650 estudantes.

Museu Catavento em Tietê

Tietê recebe, de 5 a 6 de setembro, o Museu Catavento, na Avenida Fernando Costa, a “Beira Rio”. A carreta de 60 m² terá experiências científicas interativas e oficinas educativas gratuitas para toda a família. O atendimento ocorre das 8h30 às 17h30, com entrada do último grupo até as 17h. As oficinas serão realizadas pela manhã e à tarde.

Leilão do Detran-SP 1

O leilão do Detran-SP em Franca terá 733 lotes e será realizado pela internet a partir de 29 de setembro. Entre os veículos aptos à circulação, os lances mínimos começam em R\$ 1.098 para carros e R\$ 1.116 para motos. A visitação dos lotes ocorre de 21 a 25 de setembro, enquanto os pré-lances serão abertos no dia 21, às 10h.

Leilão do Detran-SP 2

O Detran-SP promove, a partir de 9 de setembro, um leilão com 710 lotes recolhidos em Ouroeste, Fernandópolis, Cardoso e Jales. Para os 227 veículos destinados à circulação, os lances partem de R\$ 630 para motos e R\$ 1.800 para carros. Os interessados podem visitar os lotes até 4 de setembro. Os pré-lances começaram em 31 de agosto.

REPRODUÇÃO/CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA



Caso é acompanhado pelo Ministério Público Federal desde julho de 2025

MPF cobra multa por ambulâncias paradas em Sorocaba

Nove veículos estão sem operar há mais de um ano, aponta o MPF

Da **Redação**

O Ministério Público Federal pediu à Justiça a aplicação de multa contra a Prefeitura de Sorocaba e gestores municipais pelo descumprimento de uma decisão que determinou a recuperação de ambulâncias paradas. Nove dos 18 veículos adquiridos com recursos federais estão sem operar há mais de um ano, segundo o órgão.

A liminar concedida em junho estabeleceu prazo de 30 dias para que o município recuperasse os veículos e os colocasse novamente em operação. Diante do não cumprimento, o MPF requer multa diária de R\$ 5 mil ao município e de R\$ 1 mil ao prefeito e aos secretários municipais de Saúde e Administração por cada dia de inatividade das ambulâncias.

O problema é acompanhado pelo MPF desde julho de 2025. As apurações apontaram que os veículos estavam parados desde 2024, em razão de problemas considerados simples, como baterias, freios e pneus. Segundo o Ministério Público, a Prefeitura foi questionada diversas vezes, mas apresentou respostas consideradas vagas sobre a situação e as medidas para solucionar o problema.

Antes de recorrer à Jus-

tiça, o MPF também propôs um Termo de Ajustamento de Conduta, com medidas para agilizar os reparos e estabelecer procedimentos para a substituição de peças de desgaste. A administração municipal recusou o acordo e afirmou que a paralisação era momentânea.

A Prefeitura também sustentou que as nove ambulâncias em funcionamento seriam suficientes para atender a população de Sorocaba. O MPF contesta o argumento ao destacar que o município é sede do Departamento Regional de Saúde e referência para atendimento de urgência e procedimentos eletivos de outros 32 municípios.

Para o órgão, a redução da frota compromete o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e o transporte de pacientes graves, afetando toda a rede regional de emergências. Além da recuperação dos veículos, a liminar determinou a regularização dos seguros da frota.

Ao final da ação, o MPF pede que o município seja obrigado a manter as 18 ambulâncias em condições adequadas de conservação e circulação. A instituição também solicita que futuros reparos sejam realizados em prazo máximo de 15 dias.

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Bloqueio pode afetar até US\$ 2 bi por ano

União Europeia suspende a entrada de carnes do Brasil

A União Europeia (UE) começou nesta quinta-feira (3) a suspensão da entrada de produtos de origem animal do Brasil em seus 27 países-membros. A medida atinge carnes bovina, de frango e suína, além de mel, pescados e ovos, e pode afetar até US\$ 2 bilhões por ano em exportações brasileiras. O bloqueio, porém, não é necessariamente definitivo: o Brasil tenta comprovar que atende às exigências europeias. Além disso, uma auditoria da UE avalia as cadeias de frango e mel no país.

A restrição ocorre porque o bloco considera insuficientes os mecanismos brasileiros de controle do uso de antimicrobianos na produção animal. A União Europeia não identificou casos de contaminação ou irregularidades sanitárias em lotes brasileiros.

BC proíbe publicidade em comprovante do Pix

Os comprovantes de pagamento do Pix não poderão incluir publicidade, ofertas comerciais, links externos nem qualquer conteúdo não relacionado à transação, decidiu o Banco Central (BC). A mudança foi publicada nesta quinta-feira (3) e faz parte de uma atualização das regras de experiência e segurança do sistema. A nova norma começa a valer em 1º de março de 2027. Segundo o BC, o objetivo é garantir que o comprovante tenha a função de apenas registrar e demonstrar a operação realizada.

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL



Nova regra também veta links e ofertas comerciais

Programa gratuito apoia fornecedores negros

Entrar na cadeia de fornecimento de uma grande empresa ainda é um desafio para muitos empreendedores negros, mas uma nova iniciativa pretende transpor essa barreira. Em parceria com o Future in Black, o Sebrae lança em setembro a trilha Deal Space, voltada exclusivamente para pequenos negócios liderados por pessoas negras que oferecem produtos ou serviços para outras empresas (B2B). Além de aproximar empreendedores e grandes companhias, a Deal Space busca preparar os pequenos negócios para esse contato.

Serão selecionados 100 empreendedores

Serão selecionados 100 empreendedores para participar da trilha, que se dará de forma totalmente gratuita e realizada de forma online. A formação começa em setembro e segue até a FIB Global Conference 2026 – principal conferência de negócios e conexões protagonizada por tomadores de decisão negros na América Latina, que ocorre de 28 a 30 de outubro, em São Paulo.

Economia criativa I

O Sebrae e o Ministério da Cultura promovem, nos próximos dias 4 e 5, em Salvador (BA), o Seminário de Economia Criativa na Bahia, para discutir estratégias de fortalecimento do setor criativo. O evento vai reunir especialistas e gestores para impulsionar um dos segmentos mais dinâmicos da economia nacional.

Economia criativa II

A abertura, às 9h do dia 4, terá a participação do presidente do Sebrae Nacional, Rodrigo Soares, e da ministra da Cultura, Margareth Menezes. A integração institucional para o desenvolvimento de políticas públicas de fomento, capacitação profissional e ampliação de acesso a mercados serão os eixos condutores do evento.

Empregos formais I

As micro e pequenas empresas foram responsáveis por oito em cada 10 empregos gerados no Brasil em julho. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, as MPE respondem por 46.542 (79,5%) do total de 58.568 empregos criados no país no período. As médias e grandes empresas responderam por 9.782 postos.

Empregos formais II

No acumulado de janeiro a julho, o Brasil registrou saldo de 972.203 empregos formais. Mais da metade desse total foi gerada pelas MPE. O setor de Serviços apresentou o maior saldo de empregos criados pelos pequenos negócios em julho, com 22.751 novos postos. Na sequência aparecem Construção, com 16.899 vagas, e Comércio, com 2.489.

ENAJI 2026 I

Estão abertas as inscrições para o VII Encontro Nacional de Jovens Industriais 2026, que acontecerá de 7 a 9 de outubro, em Natal(RN). Com expectativa de reunir cerca de 400 jovens líderes de diferentes regiões, o encontro terá três dias de programação voltada a networking, negócios, inovação e aos desafios que estão moldando a indústria

ENAJI 2026 II

O ENAJI 2026 será realizado no PraiaMar Arena. O evento é organizado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN), por meio do programa FIERN Jovem, em parceria com o Fórum Nacional dos Novos Líderes Industriais (FNLI), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL



Dólar cai quase 1% e fecha a R\$ 5,10

Bolsa dispara 3% e atinge o maior nível desde maio deste ano

Dólar caiu pela 3ª vez seguida e encerrou no menor valor em três semanas

Da **Redação**

Em uma semana marcada pela escalada das tensões entre Estados Unidos e Irã e pelo cenário eleitoral no Brasil, a bolsa disparou mais de 3% e atingiu o nível mais alto desde maio.

O dólar caiu pela terceira vez seguida e encerrou no menor valor em três semanas. Principal índice da B3, o Ibovespa disparou 3,05% nesta quarta-feira (2), aos 185.205,09 pontos.

O indicador subiu pela 11ª vez seguida.

No mercado de câmbio, o dólar comercial caiu 0,91%, a R\$ 5,106, no terceiro pregão seguido de queda. No exterior, o petróleo avançou diante da escalada das tensões entre Estados Unidos e Irã.

PRINCIPAIS NÚMEROS

Ibovespa: 185.205,09 pontos (+3,05%);
Dólar comercial: R\$ 5,106 (-0,91%);
Dólar em três sessões: -1,72%;
Dólar no ano: -6,97%;
Petróleo tipo WTI: US\$ 91,01 (+0,88%);
Petróleo tipo Brent: US\$ 95,63 (+1,04%).

IBOVESPA EM ALTA

O Ibovespa teve a maior valorização percentual em

um único dia desde março e chegou a 186.028,06 pontos na máxima, nível não alcançado desde 6 de maio. Na mínima, o índice marcou 179.733,57 pontos.

Além do cenário eleitoral, o desempenho foi sustentado pelo fluxo de investidores estrangeiros para ações brasileiras. Depois de uma forte saída de capital externo nas primeiras semanas de agosto, os estrangeiros voltaram a comprar ativos locais nos últimos pregões do mês passado.

O dólar à vista fechou em R\$ 5,106, com queda de 0,91%. Foi o menor valor de encerramento desde 7 de agosto, quando a moeda terminou o pregão cotada a R\$ 5,084.

A moeda chegou a subir 0,33% durante a manhã, atingindo R\$ 5,1702. Após a divulgação da pesquisa eleitoral, porém, passou a acelerar a queda, chegando a R\$ 5,09 pouco depois das 14h.

Com o resultado desta quarta-feira, o dólar acumula baixa de 1,72% em três sessões e de 6,97% no ano.

No mercado internacional, o índice que mede o desempenho da moeda americana diante de uma cesta de seis divisas caía 0,13%, aos 99,548 pontos.

DIVULGAÇÃO/ MERCEDES-AMG PETRONAS F1 TEAM



Kimi não tem um histórico positivo nas corridas em sua terra natal

Kimi Antonelli vai largar da parte de trás do grid no GP da Itália de F1

De volta a Monza, o líder do campeonato mundial de pilotos da Fórmula 1, Kimi Antonelli, vai tentar fazer história. O piloto italiano de 20 anos correu pela primeira vez na F1 em 2024, em um treino livre no GP da Itália, quando substituiu George Russell, e acabou batendo o carro. Em 2026, Kimi quer tentar superar o trauma de sua “Home Race”, mas vai precisar fazer uma corrida perfeita se quiser ganhar em casa. Isso porque o piloto da Mercedes terá de largar do grid no domingo (6), devido a mudanças no carro. Ele está chegando a sua quinta unidade de potência no ano. Mas o garoto está confiante. “Como vou largar em último, pilotarei no modo ataque total. Não quero atrair azar, mas a verdade é que não tenho nada a perder”, disse o piloto da Mercedes antes do início da etapa.

Monza prepara edição icônica fora das pistas

Antes da corrida começar, o Autódromo de Monza preparará algumas experiências muito diferentes para os fãs. Além das homenagens da Ferrari aos 30 anos do início da parceria com Michael Schumacher - que levará Rubens Barrichello e Sebastian Vettel de volta às pistas com as F2002, e terá a Ferrari 248 F1 exposta - o Templo da Velocidade contará com a presença de Relâmpago McQueen, protagonista da franquia ‘Carros’, tematizado como Safety Car. Ele dará uma volta pela pista em homenagem aos 20 anos da saga da Pixar.

DIVULGAÇÃO/ F1



Relâmpago McQueen tematizado vai “desfilr” pelas pistas de Monza

Hadjar segue fora; nova chance para Liam e Yuki

O piloto franco-argelino Isack Hadjar, da Red Bull Racing, segue fora da pistas. Ele lesionou o punho durante as férias, em uma brincadeira de boxe. A escuderia não estimou um tempo de retorno, mas informou que o piloto ainda não se recuperou e não estará apto para correr em Monza. Com isso, a “dança das cadeiras” das equipes da Red Bull continua. Liam Lawson terá mais uma oportunidade de pilotar pela Red Bull Racing, enquanto Yuki Tsunoda, que estava na reserva, seguirá pilotando pela Racing Bulls.

Equipe realiza monitoramento de perto

Em nota divulgada à imprensa, a Red Bull Racing informou que Isack Hadjar “continua apresentando uma evolução positiva após a lesão no pulso sofrida durante as férias de verão”. A equipe também confirmou que “está acompanhando de perto sua reabilitação e não assumirá riscos desnecessários em seu retorno às competições”. Por conta da lesão, Hadjar perdeu o GP da Holanda e agora ficará de fora do GP da Itália.

Vasco classificado

Na noite desta quarta-feira (2), o Vasco venceu o Vitória por 2 a 0 no Barradão lotado e confirmou sua classificação para as semi-finais da Copa do Brasil 2026. O Cruzmaltino vai enfrentar o Palmeiras, líder do Campeonato Brasileiro, na próxima fase. Os gols do jogo foram marcados pelo atacante Andrés Gómez e pelo lateral Pumita Rodríguez.

Terceira semifinal

Andrés Gómez já havia marcado o gol da vitória vascaína no jogo de ida, em São Januário. Com a classificação sobre o Vitória, o Vasco da Gama chega a sua terceira semifinal consecutiva da Copa do Brasil. Em 2024, acabou eliminado para o Atlético-MG, em São Januário. Em 2025, eliminou o Fluminense, nos pênaltis, no Maracanã, e agora enfrentará o Palmeiras.

Na cola do líder

Com a vitória por 2 a 0 sobre o Mirassol, nesta quarta (2), o Flamengo chegou a 51 pontos no Campeonato Brasileiro, apenas um ponto a menos que o líder Palmeiras. Os gols do jogo atrasado foram marcados por Carrascal e Paquetá. Agora, o Rubro-Negro e o Alviverde têm o mesmo número de jogos e vão duelar pelo título até o fim.

Éverton Cebolinha

A pouco mais de uma semana para o fim da janela de transferências, o atacante Éverton Cebolinha não poderá mais ser utilizado pelo Flamengo se o clube quiser negociá-lo com equipes do futebol brasileiro. Isso porque ele chegou ao limite de 12 partidas disputadas na vitória sobre o Mirassol. O Botafogo é uma das equipes que sonham com o atacante.

Possível investidor?

Em entrevista ao canal Arena Alvinegra, o cineasta e empresário João Moreira Salles afirmou que pode se tornar um dos acionistas minoritários da nova SAF do Glorioso. Com fortuna estimada em R\$25,5 bilhões, Salles disse querer conhecer o projeto da GDA Luma para ver se suas visões estão alinhadas na cessão do Espaço Lonier para as categorias de base.

Livre no mercado

Paulo Henrique Ganso não sabe se seguirá no Fluminense. Aos 36 anos, o camisa 10 tricolor tem contrato até dezembro de 2026 e não foi procurado para negociar uma renovação. Em entrevista à Record, Ganso afirmou que está “livre no mercado” e que vai “levar até o fim do ano, continuar jogando, é importante nos mantermos bem no Brasileirão e a Libertadores”.

MATHEUS LIMA/VASCO



Rivais entrarão em campo perseguindo objetivos diferentes no campeonato

Fluminense e Vasco duelam de novo neste sábado (5)

Sexto Clássico dos Gigantes do ano será disputado a partir das 21h, no Maracanã

Por **Pedro Sobreiro**

Parece déjà-vu, mas não é. Fluminense e Vasco vão se enfrentar novamente em 2026, agora pelo Campeonato Brasileiro. O Clássico dos Gigantes deste sábado (5) será o sexto jogo entre os rivais, que já se enfrentaram por Campeonato Carioca, Brasileirão e Copa do Brasil nesta temporada.

Fora de campo, o clássico se tornou uma das maiores rivalidades do Brasil, com temas relacionados à conflitos históricos e ideológicos associados a cada time, tomando as redes sociais e as ruas com muita intensidade. Dentro de campo, porém, costuma gerar partidas muito interessantes, com duas equipes que vão a campo com um jogo mais ofensivo.

Neste sábado, o Maracanã vai lotar para ver o confronto que carrega objetivos diferentes na temporada. Pelo lado Tricolor, uma vitória poderia consolidar a equipe no G4 do Brasileirão, comprovando a grande fase que o time de Marcão vive. Além, claro, de servir como uma resposta à eliminação sofrida para o Cruzmaltino em mais uma fase decisiva da Copa do Brasil no mês passado.

Pelo lado do Vasco, o jogo

ganha ares de vida ou morte. Empatado com o Mirassol na entrada da zona de rebaixamento, o Gigante da Colina precisa emplacar uma série de vitórias para afastar de vez o fantasma do rebaixamento, e vencer um clássico poderia também consolidar a boa fase do time de Pedro Emanuel, que acabou de se classificar para a semifinal da Copa do Brasil contra o Vitória.

HISTÓRICO RECENTE

Para o vascaíno, há um apego aos números do clássico, que são todos favoráveis ao Cruzmaltino, que tem mais vitórias e mais gols marcados. O histórico recente também é positivo, com duas vitórias, dois empates e uma derrota no clássico em 2026.

FATOR MARCÃO

Porém, o tricolor tem a seu lado o “Fator Marcão”. O técnico do Flu comandou o time em seis clássicos, e perdeu apenas um. Contra o Vasco, ele teve duas partidas e dois empates. Ou seja, ele nunca perdeu para o Cruzmaltino.

De qualquer forma, o Clássico dos Gigantes deste sábado, que terá Maracanã lotado, promete ser mais um grande capítulo dessa rivalidade centenária que se intensifica a cada nova temporada.

CORREIO
NO MUNDO

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM @EQUIPEDEFRANCE



Kylian Mbappé estava na lista de alvos do suposto sequestrador

Jovem preso na França é suspeito de plano para sequestrar Mbappé

Um jovem de 18 anos, preso no dia 21 de agosto por suspeita de participação em um roubo, teria planejado o sequestro do jogador Kylian Mbappé e ataques a outras celebridades. Segundo o jornal Le Parisien, Clément L foi detido em Nanterre. De acordo com as suspeitas, ele fazia parte de um grupo que realizava assaltos e planejava sequestros. A intenção seria agir contra Mbappé quando o atleta estivesse em Paris. Além disso, o celular encontrado com o jovem tinha 26 endereços de jogadores e outras celebridades. Um comparsa também foi preso. O atacante do Real Madrid seria listado como um “alvo muito rico”. O assalto a uma relojoaria de luxo, onde os suspeitos deixaram impressões digitais, ajudou a polícia a identificar a dupla. Mbappé foi o artilheiro da Copa 2026, com dez gols, e se tornou o maior artilheiro de todas as Copas, com 22 gols.

Juíza suspende novo decreto de Trump

Uma juíza federal suspendeu o decreto publicado em agosto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, restringindo novamente o direito à cidadania americana. A medida foi uma tentativa de driblar uma decisão desfavorável da Suprema Corte americana, que decidiu em junho que a Presidência não tem poder para acabar com a cidadania por nascimento por decreto. Deborah Boardman, juíza federal do estado de Maryland, concedeu uma liminar a pedido de defensores dos direitos dos imigrantes.

EMILY J. HIGGINS/THE WHITE HOUSE



Decreto vetado de Trump visava restringir cidadania americana

Mesma magistrada já havia impedido antes

Em 2025, eles haviam obtido decisão da magistrada impedindo o governo Trump de aplicar o decreto derrubado mais tarde pela Suprema Corte. O decreto de agosto, suspenso agora, estipula quatro novas hipóteses dentro das quais a cidadania não será mais conferida. Uma delas retira esse direito de filhos de “inimigos estrangeiros”, incluindo membros de uma organização considerada terrorista pelos EUA - caso das facções Comando Vermelho e PCC - restringe uma exceção que já existe na lei americana (e também na brasileira) sobre filhos de diplomatas estrangeiros.

Trump incluiu estrangeiros de embaixadas

Até aqui, só não tinham direito à cidadania os filhos de embaixadores. Agora, o governo Trump incluiu nesse grupo qualquer estrangeiro que trabalhe em embaixadas, consulados ou na ONU. A terceira hipótese nega cidadania a filhos de pessoas que viajam aos EUA com o objetivo exclusivo de dar à luz nos EUA para obter o passaporte para seus bebês e também para quem nasce de uma barriga de aluguel na região.

Advogados acionaram juíza

A quarta hipótese reafirma o princípio, já aplicado, de que pessoas nascidas em territórios americanos não têm direito à cidadania, a não ser quando houver uma lei específica para isso. Depois que Trump assinou esse decreto, advogados responsáveis por uma ação coletiva em nome de bebês que seriam privados da cidadania acionaram Boardman.

Inconstitucional

Eles pediram que a magistrada impedisse a aplicação da medida mais recente do republicano. A juíza atendeu o pedido, dizendo que o decreto mais recente “é quase certamente inconstitucional quando aplicado ao grupo reconhecido na ação, pela simples razão de que a Suprema Corte já decidiu que as crianças desse grupo são cidadãs desde o nascimento”.

Aplicando a decisão

A decisão de Deborah Boardman proíbe órgãos como o Departamento de Estado dos Estados Unidos, o Departamento de Segurança Interna e a Administração da Seguridade Social de tomar qualquer medida para interferir na cidadania das crianças abrangidas pela ação coletiva, negá-la ou deixar de reconhecê-la.

Requintes de sadismo

O ministro de Segurança Nacional de Israel, o extremista Itamar Ben-Gvir, publicou um vídeo feito por inteligência artificial comemorando a fome que prisioneiros palestinos passam no sistema prisional israelense, administrado por ele. Ben-Gvir, sob sanções de países como o Reino Unido, o Canadá e a França, recuou e apagou a publicação.

Zombando da fome

O vídeo faz parte da campanha eleitoral do extremista para se reeleger ao Parlamento israelense - ele lidera o partido Poder Judaico, cujos assentos no Knesset são essenciais para manter Binyamin Netanyahu no poder. As imagens de IA mostram supostos terroristas palestinos contentes ao receberem uma condenação, imaginando que terão regalias na prisão.

Denúncias de maus tratos

Em seguida, Ben-Gvir aparece, retirando comida e doces dos presos com um botão. Os terroristas são então conduzidos à prisão como se estivessem em uma linha de montagem, entrando gordos e saindo magros, famintos e em prantos. A prisão do vídeo foi comparada a um campo de concentração nazista. Palestinos presos em Israel denunciam maus tratos há anos.



Daniel Ortega consolidou publicamente a ditadura na Nicarágua

Ditadura da Nicarágua aprova lei que proíbe oposição em eleições

Ortega havia dito que ‘não haverá mais’ pleitos; medida começa a valer em 2027

Por **Folhapress**

A Assembleia Nacional da Nicarágua, órgão legislativo aparelhado pela ditadura de Daniel Ortega e Rosario Murillo, aprovou na terça (1º) a reforma constitucional anunciada em julho que proíbe partidos de oposição de participar das eleições. A legislação, que será promulgada em uma segunda votação do Congresso em janeiro de 2027, também amplia o mandato presidencial de seis para sete anos. A iniciativa já havia sido criticada por diversos países da América Latina, incluindo o Brasil, e pelos EUA.

Formalmente, a lei torna inelegíveis “traidores” e “golpistas” a serviço de Washington, uma classificação frequentemente aplicada pelo regime a se referir a seus adversários. Em 2024, uma reforma na Constituição ampliou o mandato presidencial de 5 para 6 anos e elevou Murillo, esposa de Ortega, ao cargo de copresidente. Além disso, adiou para novembro de 2027 as eleições que deveriam ser realizadas no fim deste ano.

Em 19 de julho, Ortega declarou publicamente que “não haverá mais eleições” na Nicarágua, para impedir que a oposição volte a “tomar o governo”. Na ocasião, os EUA instaram a comunidade internacional a isolar o regime nicaraguense, e o Panamá retirou seu embaixador de Manágua.

O chefe da diplomacia de Washington, Marco Rubio, exortou seus parceiros a romper vínculos com a Nicarágua. “As ditaduras que negam os direitos inalienáveis de seus cidadãos não deveriam gozar dos mesmos benefícios econômicos ou políticos que os governos comprometidos com a defesa da paz e da segurança hemisféricas”, afirmou Rubio.

Washington aumentou nos últimos meses a pressão econômica e diplomática sobre Manágua, com sanções contra as principais figuras do regime e também mobilizando seus aliados na América Latina, mediante comunicados conjuntos.

Ortega, ex-guerrilheiro de esquerda, iniciou seu quarto mandato consecutivo em janeiro de 2022, após vencer uma eleição controversa em novembro do ano anterior. Prestes a completar 81 anos, o ditador ajudou a derrubar a família Somoza no fim da década de 1970 e, com quase duas décadas no poder, é o líder há mais tempo no cargo nas Américas.

A Nicarágua enfrenta uma profunda crise política desde abril de 2018, quando o regime reprimiu uma série de protestos contra o regime, deixando mais de 300 mortos e milhares de feridos, além de provocar um êxodo em massa de nicaraguenses. A ditadura de Ortega e Murillo tem como prática retirar a cidadania de opositores no exílio.



FLÁVIA FREITAS/OAB-RJ

Iniciativa tem apoio da OAB-RJ, que já registrou milhares de denúncias

Alerj aprova política de prevenção e combate ao golpe do falso advogado

O Estado do Rio poderá contar com uma política específica para prevenir e combater o chamado ‘golpe do falso advogado’ e outras fraudes eletrônicas relacionadas a processos judiciais. O Projeto de Lei 6.560/25 foi aprovado em primeira discussão pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), na última terça-feira (01). A medida ainda precisa passar por uma segunda votação na casa. A proposta, de autoria do deputado Renato Miranda (PL), cria a Política Estadual de Prevenção e Combate a Fraudes Processuais Eletrônicas e ao ‘golpe do Falso Advogado’, com o objetivo de proteger cidadãos, advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio de Janeiro (OAB/RJ) e instituições públicas estaduais contra práticas fraudulentas realizadas por meios digitais. Entre as medidas previstas estão campanhas educativas permanentes para orientar a população sobre como identificar contatos falsos, reconhecer comunicações oficiais e verificar a autenticidade de advogados.

12 varas da Justiça do Trabalho no Rio

Em votação na última terça-feira (1º), a Câmara dos Deputados aprovou a criação de 12 varas da Justiça do Trabalho no estado do Rio de Janeiro. O Projeto de Lei nº 1400/15, sob relatoria do deputado federal Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), prevê ainda a criação de 24 cargos de juiz do trabalho e 156 de analista judiciário, entre outros. A partir de agora, o projeto de lei será analisado pelo Senado.

KAYO MAGALHÃES / CÂMARA DOS DEPUTADOS



Ampliação do atendimento era pedido da OAB-RJ

Em todo o estado

As novas varas trabalhistas serão criadas em cidades como Angra dos Reis, Barra do Pirai, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Itaperuna, Magé, Petrópolis e Rio de Janeiro. A conquista é um pleito antigo da OAB-RJ, que vem sendo debatido com o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) e com associações de magistrados. No campo político, a tramitação do projeto teve apoio dos deputados federais Marcello Crivella (Republicanos-RJ), relator, e Lindbergh Farias (PT).

‘Vitória para advocacia e sociedade’

“Essa é uma vitória muito importante para a advocacia e para toda a sociedade. Há mais de um ano temos trabalhado incansavelmente pela ampliação das varas do trabalho no estado, em resposta às necessidades de diversas regiões que enfrentam um elevado volume de processos”, comemorou a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio. A 1ª Região da Justiça do Trabalho não registra ampliação no número de varas desde 2012

Cenário econômico

Os desafios econômicos de 2027 estiveram no centro do debate promovido pelo Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV), no Rio. O encontro “Panorama Econômico para tomada de decisão em 2027”, realizado no último dia 31, reuniu especialistas para discutir perspectivas e fatores que devem influenciar decisões estratégicas no próximo ano.

Rio otimista

O tom do encontro foi de otimismo em relação ao Rio de Janeiro. Especialistas apontaram que a reforma tributária, ao priorizar a tributação no destino, poderá favorecer a arrecadação estadual. O grande mercado consumidor fluminense aparece como um dos fatores capazes de ampliar os efeitos positivos da mudança.

Força logística

Além do potencial de consumo, o Rio tem outros ativos considerados estratégicos. A infraestrutura logística, com destaque para o Porto do Açu, e a forte presença da indústria de petróleo e gás foram apontadas como vantagens competitivas que podem contribuir para o crescimento e atrair novos investimentos.

Visão empresarial

Organizado por Gilvan Bueno, diretor regional do IRELGOV e comentarista de economia da CNN, e Julia Nicolau, da Firjan, o encontro também contou com Priscila Sakalem, Breno Medeiros e André Senna Duarte. Os especialistas abordaram tributação, petróleo, competitividade e os cenários que deverão orientar empresas em 2027.

Ministro de Renan

Voltando para o tema política, e agora paulista, o candidato à Presidência Renan Santos anunciou o professor e escritor Paulo Cruz como seu convidado para comandar o Ministério da Educação (MEC) em um eventual governo. Ao apresentar o nome, Renan destacou a trajetória intelectual de Cruz e o classificou como uma das figuras mais inspiradoras do país na área educacional.

Educação real

Ao justificar a escolha, Renan afirmou que Paulo Cruz conhece os problemas estruturais do ensino brasileiro e defendeu um ministro disposto a enfrentá-los sem soluções que considera superficiais. Segundo o candidato, Cruz “entende a política da educação” e conhece os desafios reais da área.



Alcolumbre comemora com Leila Barros a aprovação

Congresso aprova fim da taxa das blusinhas

MP propõe, porém, um monitoramento do impacto

Por **Beatriz Matos**

Câmara e Senado concluíram nesta quinta-feira (3) a aprovação da medida provisória que permite zerar o Imposto de Importação sobre compras internacionais de até US\$ 50, encerrando uma corrida do governo e dos presidentes das duas Casas, Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) para impedir que a chamada taxa das blusinhas voltasse a ser cobrada.

A MP perderia validade na próxima terça-feira, dia 8, caso o Congresso não concluísse a análise. A Câmara aprovou o texto durante a tarde e, horas depois, o Senado confirmou a medida, encerrando a tramitação parlamentar.

A proposta autoriza o Ministério da Fazenda a reduzir a zero a alíquota do Imposto de Importação para remessas internacionais de até US\$ 50. Para compras de valores superiores, até US\$ 3 mil, o governo poderá reduzir a alíquota para até 30%.

O texto aprovado é resultado de uma negociação conduzida pela relatora da MP, senadora Leila Barros (PDT-DF), com representantes do setor produtivo, que vinham pressionando o Congresso

por mecanismos capazes de acompanhar os efeitos da retirada da tarifa sobre a indústria nacional.

O principal acordo foi a criação de avaliações periódicas sobre os impactos econômicos da medida.

A primeira análise deverá ocorrer três meses após a implementação. Depois disso, o Ministério da Fazenda fará avaliações semestrais e o Congresso deverá acompanhar anualmente os resultados.

Os levantamentos deverão considerar, entre outros pontos, os efeitos sobre emprego e renda, competitividade das empresas brasileiras, preços, volume das importações e arrecadação.

Setores considerados mais expostos à concorrência de produtos estrangeiros, como vestuário, calçados, acessórios, brinquedos e cosméticos, terão acompanhamento específico.

A proposta também dá ao governo instrumentos para combater o uso da isenção por importadores profissionais. Poderão ser estabelecidos limites de quantidade ou frequência das compras feitas por uma mesma pessoa física, com o objetivo de evitar o fracionamento de encomendas destinadas, na prática, à atividade comercial.

Moraes declara guerra e inclui André Mendonça no inquérito das fake news

Reação ocorre depois de Mendonça tornar públicas investigações que envolvem Moraes com Vorcaro

Por **Beatriz Matos**

A crise provocada pelas investigações sobre o Banco Master ganhou nesta quinta-feira (3) sua dimensão mais grave dentro do Supremo Tribunal Federal (STF). Depois de o ministro André Mendonça tornar públicas informações de investigação da Polícia Federal que apontam suposto envolvimento de Alexandre de Moraes com Daniel Vorcaro, o dono do Banco Master, Moraes usou o inquérito das fake news para apontar “fortes indícios” de irregularidades cometidas por seu colega de Suprema Corte na condução de investigações e encaminhou o material ao presidente da Corte, Edson Fachin, para que adote as providências que considerar necessárias.

Na decisão, Moraes afirma que relatórios de inteligência produzidos pela Polícia Federal indicam, em tese, práticas que poderiam ser enquadradas como improbidade administrativa, abuso de autoridade e crime de responsabilidade. As suspeitas estão relacionadas à atuação de Mendonça nas operações Sem Desconto, que investiga fraudes envolvendo o INSS, e Compliance Zero, que apura o Banco Master.

TRÊS EIXOS

O documento divide as suspeitas em três eixos: uma possível usurpação da direção das investigações da Polícia Federal, incluindo medidas que teriam afetado a cadeia de custódia das provas; participação irregular em tratativas de colaboração premiada; e direcionamento de investigações contra alvos específicos, entre eles o próprio Moraes e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Segundo a decisão, os relatórios da PF sustentam que Mendonça teria avançado sobre atribuições próprias dos investigadores ao solicitar acesso direto a material bruto apreendido e interferir em procedimentos internos de análise das provas. Um dos documentos reproduzidos por Moraes afirma que o resultado prático de determinadas ordens seria a “atuação do julgador como investigador”.

A decisão também aponta suspeitas de interferência nas negociações de eventuais acordos de colaboração premiada. De acordo com o material da



Ministros elevam a temperatura da crise no Supremo

Polícia Federal citado por Moraes, Mendonça teria perguntado reiteradamente sobre o estágio das tratativas e sobre as informações apresentadas pelos possíveis colaboradores, além de manter contatos com defensores envolvidos nas negociações.

O terceiro eixo é o que toca diretamente Moraes. Segundo os relatórios reproduzidos na decisão, Mendonça teria demonstrado interesse na abertura de investigação formal contra o colega e solicitado mais de uma vez que a equipe da PF apresentasse alguma provocação nesse sentido.

Moraes afirma ainda que o relator teria determinado, de ofício, uma diligência para obtenção de mensagens relacionadas a autoridades mencionadas no celular de Daniel Vorcaro. Para o ministro, a medida ultrapassou a simples identificação de pessoas com foro privilegiado e se transformou em ato investigativo direcionado a integrantes da própria Corte sem observância do procedimento adequado.

Os relatórios mencionam também Davi Alcolumbre. A PF registrou a hipótese de que o presidente do Senado pudesse ter se tornado um “alvo estratégico” em razão de sua influência sobre a tramitação de pedidos de impeachment contra ministros do Supremo e da relação política anterior com Mendonça.

Outro trecho atribui ao ministro críticas ao diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e ao procurador-geral da República, Paulo Gonet. Segundo o relatório, Mendonça teria manifestado desconfiança em relação aos dois e mencionado, em reuniões, a possibilidade de afastamento de Andrei

e de transformar Gonet em testemunha em processos derivados das operações.

Ao final, Moraes conclui haver “fortes indícios” de irregularidades e determina o envio da decisão e de toda a documentação a Fachin. Também retirou o sigilo do material e deu ciência à Procuradoria-Geral da República.

R\$ 130 MILHÕES

A reação de Moraes acontece depois da divulgação da Pet 16662, o documento que detalha a investigação, pedida por Mendonça, para que a PF identificasse autoridades com foro encontradas em conversas do celular de Daniel Vorcaro.

A PF identificou comunicações enviadas por Vorcaro a um número registrado como “Alexandre de Moraes BRASÍLIA”. O relatório também alcançou a relação do Master com o escritório Barci de Moraes, de Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro. Segundo a PF, uma minuta contratual traz como responsável pela “última

modificação” um usuário identificado como “Ministro Alexandre de Moraes”. O contrato previa pagamentos mensais de R\$ 3,4 milhões. No total, o escritório de Viviane Barci recebeu R\$ 130 milhões do dono do Banco Master.

LULA: “SEM BLINDAGEM”

A escalada dentro do Supremo levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a se manifestar publicamente sobre a crise.

Em declaração nesta quinta-feira (3), Lula classificou o caso do Banco Master como “o maior roubo da história do Brasil” e afirmou que o banqueiro apontado como líder do esquema mantinha relações com pessoas poderosas. O presidente ressaltou ainda que foi durante seu governo que Vorcaro acabou preso e que o banco foi fechado.

Lula também mencionou suspeitas envolvendo políticos e agentes públicos e cobrou uma reação institucional diante da dimensão alcançada pelo caso. “Nossa democracia não pode ficar refém de vazamen-

tos seletivos”, afirmou.

O presidente defendeu que Fachin e Gonet liderem uma resposta capaz de preservar a integridade das investigações e a confiança da população nas instituições.

Na parte mais direta da declaração, Lula afirmou que é necessário “investigar todo mundo, sem blindagem de ninguém, doa a quem doer”.

VORCARO

Parte dessa escalada começou com o depoimento prestado por Daniel Vorcaro ao gabinete de André Mendonça na semana passada.

O ex-controlador do Banco Master foi ouvido por um juiz auxiliar do ministro a pedido de sua própria defesa, que alegava que ele estaria sofrendo ameaças e intimidações durante o período em que permanece preso.

A Polícia Federal não participou do depoimento. Na conversa, Vorcaro afirmou que, antes da prisão, acreditava ter construído uma estrutura capaz de protegê-lo, mas disse que esse mesmo sistema teria se voltado contra ele com o avanço das investigações.

“Eu achava que tinha construído um sistema para me proteger e, de repente, todo esse sistema se virou contra mim”, declarou.

O banqueiro também relatou ameaças contra sua mãe e sua irmã. As declarações foram encaminhadas à Procuradoria-Geral da República, mas Paulo Gonet pediu o arquivamento dessa frente por considerar que Vorcaro não apresentou episódios específicos, possíveis autores ou outros elementos mínimos capazes de sustentar a abertura de uma nova investigação.

MENDONÇA

Em outra consequência da sequência de revelações, Mendonça anunciou que deixou a sociedade do Instituto Iter. A instituição entrou no foco da crise depois que veio a público que Vorcaro esteve na sede do instituto, em São Paulo, para uma reunião com Mendonça em março de 2025.

Segundo o ministro, ele e a esposa transferiram gratuitamente todas as cotas que possuíam. O Iter deverá ainda ser transformado em uma instituição sem fins lucrativos.



Lula manifestou-se sobre a crise



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Aldo Rebelo diz que Lula depende do STF para sustentar governo

Em entrevista exclusiva ao **Correio da Manhã**, o ex-ministro Aldo Rebelo afirmou que o presidente Lula depende do STF para sustentar seu governo diante da falta de maioria no Congresso e que “não tem a mínima chance” de romper com ministros da Corte. Rebelo também falou sobre a disputa pelo Planalto e a candidatura de Ronaldo Caiado (PSD), de quem é coordenador de campanha.

Diante das revelações sobre a relação de Vercaro com Moraes e o contrato do Banco Master com o escritório de Viviane Barci de Moraes, o senhor acredita que o ministro tem condições de permanecer no STF?

A situação se reveste de muita gravidade e de muito constrangimento, não apenas para os ministros, mas para o próprio STF. A Suprema Corte do país tem como vocação, função e missão ser uma espécie de reserva não apenas jurídica e institucional, mas também moral do país.

Até agora, não houve provas, é bom que se diga. Mas a gravidade dos áudios e dos telefonemas já oferece matéria suficiente para, pelo menos, três hipóteses.

A primeira é que o próprio Supremo abra uma investigação, com amplo direito de defesa para o ministro, e preste à sociedade brasileira, ao povo brasileiro — a quem, em última instância, deveria servir a Suprema Corte —, os esclarecimentos necessários para que não restem dúvidas sobre o comportamento da Corte e de seus ministros.

Então, a Suprema Corte poderia abrir uma investigação, garantir ao ministro Alexandre de Moraes o direito de defesa e chegar a uma conclusão depois de tudo apurado.

Enquanto essa investigação estiver em curso, Moraes deveria permanecer no cargo ou se afastar?

Eu acho que a investigação poderia ocorrer com a permanência do ministro no cargo, mas sem que ele pudesse participar das deliberações. Não só sobre o caso Master, mas sobre o caso dele, inclusive. Ele deveria ser afastado da participação e das deliberações sobre a investigação que envolvesse sua atuação nesse escândalo.

A segunda hipótese é que, se surgirem mais evidências e houver fatos ainda mais graves do que os já conhecidos, provavelmente a saída seria a renúncia do próprio ministro. Ele poderia pedir aposentadoria ou renunciar para se defender. Essa é outra hipótese, que considero menos provável.

A terceira hipótese, também diante de uma eventual ampliação das denúncias, informações e gravações, seria o próprio Senado tomar uma medida e abrir um pro-



Ex-ministro de Lula, Aldo Rebelo é coordenador da campanha de Ronaldo Caiado

cesso de impeachment do ministro.

O senhor foi ministro de Lula. Qual deveria ser a posição do presidente diante da crise no STF?

A posição do presidente Lula, infelizmente, está completamente contaminada pelo envolvimento de autoridades e lideranças do próprio Poder Executivo com o Banco Master, com o escândalo do Banco Master, para não falar do escândalo do INSS.

Aliás, o senhor Vercaro, segundo a imprensa, ameaça, em sua delação premiada, voltar suas baterias principalmente para autoridades do governo. Então, qual é a posição que o presidente da República pode adotar diante disso?

A mais correta seria que as investigações fossem feitas e que tudo fosse apurado, inclusive no Congresso, por meio de CPI. Mas hoje a CPI do Congresso depende do Supremo. Só se abre e funciona a CPI que o Supremo permite. Só depõe em uma CPI quem o Supremo autoriza.

Na verdade, o próprio governo perdeu a autoridade nisso. A autoridade do presidente Lula em relação a esse episódio é mínima.

O envolvimento de pessoas próximas a Lula, como o filho Lulinha e o senador Jaques Wagner, no caso Master e no caso do INSS enfraquece a autoridade do presidente?

A autoridade do presidente foi completamente demolida por esse processo. Não só pela presença de familiares, como o filho, mas também pela presença do chefe de gabinete e de lideranças próximas. O senador Jaques Wagner é o líder do governo no Senado Federal.

Então, o Poder Executivo está completamente envolvido e sem autoridade nessa situação.

Agora, também empoderaram muito o Supremo. Eu lembro do processo de impeachment do presidente Collor. O Supremo

não teve papel nenhum. Foi um processo que transcorreu totalmente no Legislativo.

Hoje se comenta que Lula tenta manter distância dos ministros envolvidos no caso Master, mas depende do STF para garantir sustentação ao governo. Como imagina que está a cabeça do presidente diante dessa crise?

Eu tenho certeza de que o presidente Lula é um homem atormentado por essa circunstância. Lula é um homem de luta, de briga, mas, em determinadas situações, como a que está vivendo agora, sem base parlamentar e sem maioria política, qualquer governo fica frágil e exposto.

Ou você constrói uma maioria política ou termina como terminou o presidente Collor, impedido, ou como terminou a presidente Dilma.

O Lula substitui essa maioria política que ele não tem no Congresso?

É evidente que substitui. A governabilidade do presidente Lula não está mais no Congresso. Lula não tem maioria porque o Congresso rejeita as agendas do governo. Diante dessa situação, sem maioria no Congresso e sem uma base parlamentar que lhe dê sustentação, o governo recorre ao Supremo. Encontra seu amparo e sua proteção no Supremo.

É por isso que Lula não vai soltar a mão dos ministros do STF investigados no caso Master?

Não tem a mínima chance. Pode fazer uma cena e dizer: “Não, não tem impunidade, todos respondem pelos seus atos”, mas isso é para inglês ver.

No fundo, o presidente Lula não só precisa como busca a proteção do Supremo. E, no Supremo, ele tem também — não diria desafetos — os dois ministros nomeados pelo ex-presidente Bolsonaro, que não foram indicados para integrar uma base de sustentação do governo Lula.

Então, ele precisa levar em conta que ainda depende muito dos outros ministros para se proteger também de eventuais

medidas dos dois ministros nomeados por Bolsonaro.

O senhor pretendia disputar a Presidência pelo Democracia Cristã, mas acabou ficando sem a legenda. Depois disso, chegou a conversar com Augusto Cury. Como foi essa conversa?

O Cury fez um convite para que eu fosse vice dele. Eu cheguei até a cogitar a possibilidade de fazermos uma pesquisa. Quem estivesse mais bem situado seria o candidato a presidente, e quem ficasse em segundo lugar seria o candidato a vice.

A princípio, ele achou que deveria ser o candidato a presidente. Eu disse: “Então você lança a sua candidatura pelo seu partido, o Avante, que ele procurou, eu lanço aqui e depois a gente pode voltar a conversar”.

Conversamos bastante. Eu me dou muito bem com o Cury. Agora, o que aconteceu é que a minha pré-candidatura foi inviabilizada pelo medo. Pelo medo absurdo do João Caldas em relação às investigações do Banco Master.

Na sua avaliação, quem é hoje o candidato mais competitivo como terceira via: Caiado ou Cury?

Eu acho o Caiado mais competitivo. Ele tem uma experiência política vasta, porque foi deputado e senador. Como legislador, foi muito competente e reconhecido.

Tem também uma experiência administrativa de muito sucesso. Hoje, o Brasil se depara com grandes desafios. O Estado de Goiás cresceu muito nos dois governos do Caiado.

Caiado deve subir o tom contra Flávio na campanha?

Eu creio que o Caiado tem que subir o tom contra a situação do Brasil. Esse é o alvo que ele deve alcançar. Onde houver confronto de agendas, deve haver o confronto. Mas é um confronto de agendas, de ideias, e não de pessoas.

Caiado tem um projeto de desenvolvimento para o país que não é apresentado por Flávio. Flávio disse que quer uma área de livre comércio com os Estados Unidos, mas os Estados Unidos não querem uma área de livre comércio com ninguém. Estão brigando com Canadá e México e preocupados em reindustrializar o país, criando tarifas para obrigar empresas a produzir nos Estados Unidos.

A agenda do governo do presidente Trump é a da reindustrialização. E você não tem o direito de discutir se ele está certo ou errado: ele é presidente dos Estados Unidos, não do Brasil. Não tem obrigação de defender os interesses do Brasil. Nós é que temos a obrigação de defender os nossos interesses.

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

PINGA-FOGO

■ PESQUISA VETOR ARROW - A Vetor Arrow divulga a 6ª rodada do seu acompanhamento contínuo das eleições 2026 no Estado do Rio de Janeiro — a primeira medição de setembro, com campo de 29 de agosto a 1º de setembro. A pesquisa mede citações espontâneas — o entrevistado responde livremente, sem cartela de nomes — para Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, em 20 estratos que cobrem capital e interior, comparando as rodadas de junho, julho, as três medições de agosto e esta primeira de setembro.

■ GOVERNO DO ESTADO - Eduardo Paes marca 26,5% na primeira rodada de setembro — a série vinha de 22,9% em junho, 23,8% em julho e 28,9%, 25,4% e 25,2% nas três medições de agosto — e segue liderando nas 20 áreas do estado, inclusive no Norte Fluminense, reduto de Garotinho. É o melhor resultado desde o pico da primeira rodada de agosto, dentro do mesmo patamar das últimas medições. A vantagem de Paes é maior na capital: seus melhores resultados relativos estão na Grande Tijuca, na zona Litorânea e na Grande Jacarepaguá.

■ O movimento da rodada é, pela quinta vez, de Douglas Ruas: ele sobe a 10,7% e cruza a casa dos dois dígitos — 3,8%, 5,0%, 6,2%, 7,3%, 8,4% e agora 10,7%, sem recuar em nenhuma medição — e amplia a distância para Paes é de 15,8 pontos e, para alcançá-lo, Ruas precisaria de quase duas vezes e meia o resultado que tem hoje. Em cinco rodadas de crescimento ele ganhou 6,9 pontos; Paes, no mesmo período, ganhou 3,6. Anthony Garotinho marca 5,3% e segue em 3º lugar; seu melhor desempenho continua no Norte Fluminense. A candidatura de Garotinho está sub júdice, com pedido de impugnação apresentado pelo Ministério Público Eleitoral.

■ DISPUTA ABERTA PARA O SENADO - A pesquisa para o Senado mostra uma campanha absolutamente aberta, com o número de não voto muito alto: a indecisão é de 82,3% — patamar que, na régua desta rodada, é calculado sobre a totalidade da base. Benedita da Silva recupera terreno e chega a 9,1% — vinha de 6,7% —, liderando nas 20 áreas do estado, com os melhores resultados relativos na capital — Grande Tijuca, zona Litorânea e Grande Jacarepaguá; nesse quadro, porém, nem mesmo a liderança permite considerá-la franca favorita.

■ Atrás dela, todos os demais candidatos seguem em empate técnico pelo segundo lugar: Carlos Jordy (2,8%), Carlos Portinho (1,6%), Pedro Paulo (1,5%), Marcelo Crivella (1,5%), Mônica Benício (0,5%), Marcos Dias (0,2%) e, com 0,1%, Waguinho, Vinicius Benevides, Hélio Secco e Luciano Mattos. Cinco nomes



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA



@colunamagnavita

LIDE RJ reúne lideranças e Procurador-Geral de Justiça PGJ/RJ para debater segurança pública e impactos na economia

FOTOS RENATO WROBEL



Antonio Jose Campos Moreira, procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio



Daniela Fernandes e a anfitriã Andreia Repsold, presidente do LIDE Rio de Janeiro



Ana Basilio, presidente da OAB-RJ; Antonio Jose Campos Moreira, procurador-geral de Justiça; Andréia Repsold, presidente do LIDE Rio; e Edward Haxton, Consul Geral do Reino Unido no Rio



Na sequência: Alexandre Nogueira, CEO da Light; Marinho Filipo; Miguel Pinto Guimarães; e Alexandre Accioly



Carla Pinheiro, presidente da AJORIO, e a secretária de Estado de Transporte do RJ, Priscila Sakalen



O procurador-geral de Justiça do RJ, Antonio José Campos Moreira, com a presidente da OAB-RJ, Ana Basilio



O procurador-geral de Justiça do RJ, Antonio José Campos Moreira, com a presidente da OAB-RJ, Ana Basilio



Victor Albuquerque, Marcel Wajnszto, Bruno Mondin e Marcio Racca durante o evento no Fairmont



Livia Monteiro, Ana Maria di Masi e Regina Lumien durante mais uma edição do Almoço Empresarial

da nominata não receberam nenhuma citação espontânea.

■ CÂMARA FEDERAL - Lindbergh Farias mantém a liderança — e é dele o maior volume individual federal do mês, com 108 citações — seguido de Glauber Braga na vice, Dr. Luizinho em 3º e Pastor Henrique Vieira em 4º, todos sem mudança de posição. Marcelo Freixo mantém o 5º lugar e Manoela Peres o 6º; Wladimir Garotinho segue em 7º. O destaque da rodada é Elias Jabbour, que sobe duas posições e assume o 8º, empur-

rando Sargento Portugal para 9º. Luciano Vieira entra em 10º; sai do top 10 Jorge Miranda (11º). À porta do grupo, Felipe Curi aparece em 12º.

■ ALERJ - A rodada é, pela quarta vez, de Canella. Márcio Canella registra pela quarta medição seguida o maior volume individual do estado — 122 citações, concentradas na Baixada — e mantém a liderança geral da Alerj, com mais do que o dobro do acumulado do 2º colocado, em quatro rodadas de presença. Rosenverg Reis segue

em 2º, Flávio Serafini em 3º, Rafael Nobre em 4º e Renato Miranda em 5º, todos sem mudança. André Ceciliano mantém o 6º com o segundo maior volume estadual do mês (41) e Felipinho Ravis segue em 7º. Paulo Melo sobe a 8º e Jair Bittencourt cai a 9º; Dr. Pedro Ricardo entra no top 10, em 10º. Sai do grupo dos dez Léo Vieira Filho (11º, empatado com Renata Souza). A Federação União Progressista segue como a força mais numerosa da lista, com quatro nomes — Canella, Nobre, Ravis e Paulo Melo.

■ METODOLOGIA - Pesquisa por telefonia (URA/IVR), com captação espontânea e transcrição auditada, em 20 estratos do Estado do Rio de Janeiro — 10 áreas da capital e 10 regiões do interior. Registro TRE-RJ: RJ-09316/2026 (primeira rodada de setembro, válido para os quatro cargos); rodadas anteriores sob os n°s RJ-06966/2026 (junho), RJ-07903/2026 (julho), RJ-04533/2026 (agosto), RJ-00630/2026 (segunda rodada de agosto) e RJ-06400/2026 (terceira rodada de agosto). Responsável técnico: Luciano Moura Silva, estatístico, CONRE-2 nº 11413.

HUGUETTE GALLO



Instagram: @huguetta.gallo
E-mail: huguetta.gallo@gmail.com

REPRODUÇÃO EURO NEWS



Uma vida em frases marcantes e tiradas espirituosas

Gloria Steinem

a jornalista que desafiou o machismo

A jornalista e ativista Gloria Steinem, uma das figuras mais influentes do movimento feminista do século 20, morreu na última quarta-feira (2) aos 92 anos, em Nova York, gerando uma onda imediata de homenagens de líderes globais, além de reacender debates sobre direitos das mulheres no cenário político norte-americano.

Ao integrar a chamada segunda onda do feminismo, a americana usou o jornalismo para debater temas considerados tabus à época, como direitos reprodutivos e igualdade entre homens e mulheres.

Steinem iniciou sua carreira jornalística no início da década de 1960, quando muitas mulheres ainda precisavam da permissão de seus maridos para abrir uma conta bancária.

Ficou famosa em 1963 após se infiltrar como coelhinha no Playboy Club. Naquela época, ela escreveu uma reportagem investigativa sobre o machismo generalizado enfrentado pelas garçonetes que trabalhavam como coelhinhas no clube Playboy, em Nova York.

O despertar feminista de Steinem ocorreu durante uma reunião em 1969,

na qual mulheres falaram abertamente sobre suas experiências com o aborto.

Na década de 1970, Steinem fundou a revista Ms. e o National Women's Political Caucus, e organizou a primeira Conferência Nacional de Mulheres em Houston.

Defendeu um feminismo que abrigasse mulheres negras, indígenas e lésbicas, expandindo o debate além das pautas de mulheres brancas de classe média.

“Os quase 100 anos de Gloria foram bem vividos e ela continuou trabalhando pela igualdade até o fim”, declarou sua fundação.

High Lights

HG PRESS



João Bosco expõe no Espaço 800 com curadoria de Beto Malmann

HG PRESS



Mário Gravem Borges e Nareje estiveram no vernissage

HG PRESS



O fotógrafo Tácito Carvalho e Silva, no Espaço 800

Guetty Bits

■ Uma moto aquática de 350 cavalos criada em homenagem a Ayrton Senna estará entre as novidades que o público poderá conferir no São Paulo Boat Show 2026, de 24 a 29 de setembro, no São Paulo Expo. A Sea-Doo RXP-X Senna 350, jet mais potente já lançado no mundo, integra uma edição limitada mundial desenvolvida em parceria com a marca Senna. Serão fabri-

caras apenas 1.991 unidades no mundo.

■ ‘Andy Warhol: Um Sonho Americano’ de Lubomir Slivka, mergulha na persona enigmática do artista. Com imagens raras, material de arquivo e entrevistas, o documentário é uma nova visão de seu perfil introspectivo e de seu impacto na arte e na cultura mundial. No Canal Arte 1, com estreia no dia 3 e reprises dias 4 e 6 de setembro.

■ Para celebrar o centenário do nascimento de Miles Davis, a Breitling apresenta o relógio ‘Navitimer B09 Chronograph 41 Tribute to Miles Davis’, uma edição limitada inspirada no modelo original da metade da década de 1960 que ele costumava usar. O relógio reproduz fielmente os elementos característicos do Navitimer de Davis. Edição limitada a 500 peças.

Detran registra 194 mil multas em agosto; falta de licenciamento lidera autuações

Capital concentra 55% dos registros; falta de cinto e uso do celular também estão entre principais infrações

ROVENA ROSA / AGÊNCIA BRASIL



Fiscalização de trânsito em São Paulo: capital registrou 107,5 mil das 194,3 mil multas lavradas em agosto no estado

Por **Andre Souza**

O Estado de São Paulo registrou 194.386 multas de trânsito em agosto de 2026, segundo levantamento feito a partir da base de infrações lavradas pelo Detran-SP no período. Os registros abrangem 627 municípios paulistas.

A capital concentrou 107.581 autuações, o equivalente a 55,3% do total. Na sequência aparecem Sorocaba, com 3.174 multas, e Guarulhos, com 3.014. Franca ficou na quarta posição, com 2.164 registros.

A infração mais registrada

foi conduzir veículo que não esteja devidamente licenciado. Foram 34.268 ocorrências, equivalentes a 17,6% das multas. A conduta é gravíssima e prevê multa de R\$ 293,47. Como a infração é de responsabilidade do proprietário, não há atribuição de pontos ao prontuário do condutor. Em segundo lugar aparece a falta do cinto de segurança pelo motorista, com 17.670 registros, ou 9,1% do total. A infração é grave, com multa de R\$ 195,23 e cinco pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH). O manuseio do telefone celular

enquanto dirige aparece na terceira posição, com 16.042 autuações. A conduta é gravíssima, com multa de R\$ 293,47 e sete pontos na CNH. Outros 3.154 registros foram feitos por dirigir segurando o aparelho. Somadas as duas modalidades, as ocorrências relacionadas ao celular chegam a 19.196. Avançar o sinal vermelho teve 9.069 registros em agosto. A infração é gravíssima e resulta em sete pontos e multa de R\$ 293,47. Dirigir sem possuir CNH, Permissão para Dirigir ou Autorização para Conduzir Ciclomotor teve 6.862 ocorrências. Nesse caso, a

multa é multiplicada por três e chega a R\$ 880,41.

Entre motociclistas, foram registradas 6.850 autuações por conduzir motocicleta, motoneta ou ciclomotor com capacete sem viseira ou óculos de proteção, ou em desacordo com as regras do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). A multa prevista é de R\$ 130,16.

As condições dos veículos também aparecem entre as ocorrências. Foram 5.869 registros por defeitos no sistema de iluminação, sinalização ou lâmpadas queimadas, infração média com multa de

R\$ 130,16. Outros 5.650 casos envolveram veículos em mau estado de conservação, infração grave sujeita a multa de R\$ 195,23. Por serem de responsabilidade do proprietário, essas duas infrações não geram pontos ao condutor.

Dirigir usando calçado que não se firme nos pés ou que comprometa a utilização dos pedais somou 5.143 registros e prevê multa de R\$ 130,16. Já a recusa ao teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento para verificar influência de álcool ou substância psicoativa teve 4.194 autuações. Prevista no artigo 165-A do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a infração tem multa de R\$ 2.934,70 e prevê suspensão do direito de dirigir.

Pelo CTB, os valores básicos das multas são de R\$ 88,38 para infrações leves, R\$ 130,16 para médias, R\$ 195,23 para graves e R\$ 293,47 para gravíssimas. A pontuação é de três, quatro, cinco e sete pontos, respectivamente, salvo nos casos em que a legislação não prevê pontos. Algumas infrações gravíssimas têm fator multiplicador.

COMO RECORRER

O motorista ou proprietário que discordar da autuação pode apresentar defesa prévia ao órgão responsável dentro do prazo informado na notificação. A medida permite contestar, por exemplo, erros nos dados do veículo ou no auto de infração.

7 de Setembro altera funcionamento de serviços

DIVULGAÇÃO/ TOCA CULTURAL

Da **Redação**

O feriado da Independência do Brasil, celebrado na segunda-feira (7), vai alterar o funcionamento de serviços públicos estaduais em São Paulo. Unidades do Poupatempo, equipamentos de saúde, transportes e espaços culturais terão horários diferenciados ou permanecerão fechados.

Os hospitais estaduais manterão os atendimentos de urgência e emergência, incluindo prontos-socorros, internações e centros cirúrgicos. Na Pró-Sangue, os postos das Clínicas e de Osasco funcionarão das 8h às 16h. Dante Pazzanese, Mandaqui e Barueri estarão fechados. Farmácias de Medicamentos

Especializados e Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMEs) não funcionarão.

Os postos do Poupatempo estarão fechados e retomam o atendimento presencial na terça-feira (8). Cerca de 3,5 mil serviços permanecerão disponíveis nos canais digitais, como renovação da CNH, licenciamento de veículos e emissão de antecedentes criminais.

Nos transportes, a CPTM seguirá os intervalos médios de domingo. O Metrô terá frota ajustada à demanda. Entre sábado (5) e domingo (6), as linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata terão operação ininterrupta. A Linha 17-Ouro funcionará na segunda-feira das 9h às 16h. Os ônibus intermunicipais terão



Museu do Ipiranga terá programação especial e gratuita no feriado

programação de domingo.

No Bom Prato, oito unidades abrirão no dia 7: 25 de Março, Brás, Limão, Refeitório Mauá, São Mateus, Santos I, Santos III e Santos IV. As demais estarão fechadas.

As unidades presenciais da Secretaria da Fazenda também não funcionarão, enquanto os serviços eletrônicos permanecerão disponíveis.

Na área cultural, Pinacoteca e Memorial da Resistência funcionarão das 10h às 18h. O Museu das Culturas Indígenas abrirá das 9h às 18h. Museu do Futebol, Museu da Língua Portuguesa, Catavento, MIS e Museu da Imigração estarão fechados. Já o Museu do Ipiranga terá programação especial e gratuita.

Câmara aprova carreira própria para área ambiental

Projeto prevê 150 cargos e reorganiza carreira ambiental da Prefeitura

Da Redação

A Câmara de SP aprovou, em segundo e definitivo turno, o projeto que cria um quadro próprio para os profissionais do meio ambiente na Prefeitura. A proposta recebeu 32 votos favoráveis e quatro contrários e seguirá para redação final antes de ser encaminhada à sanção do Ricardo Nunes (MDB).

De autoria do Executivo, o Projeto de Lei 526/2026 institui o Quadro dos Profissionais do Meio Ambiente (QPMA). A medida retira a carreira e os cargos de Analista de Meio Ambiente do Quadro de Desenvolvimento Humano e Social (QDHS) e os transfere para uma estrutura específica do executivo municipal.

Segundo a justificativa da Prefeitura, a separação considera as características técnicas e finalísticas do trabalho realizado por esses servidores. Entre as atribuições estão planejamento, fiscalização,

licenciamento, monitoramento e gestão ambiental. Atualmente, os analistas estão vinculados a um quadro que reúne outras carreiras da área de desenvolvimento humano e social da cidade.

O texto também prevê a criação e a ampliação de 150 cargos para profissionais do meio ambiente. Durante a discussão em plenário, vereadores defenderam que a aprovação seja acompanhada pela realização de concurso público e pelo preenchimento das vagas. A abertura do concurso e os prazos de contratação, porém, dependerão das medidas adotadas pela Prefeitura de São Paulo após a eventual sanção da lei.

A reorganização ocorre em um período de crescimento dos recursos destinados à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Durante a sessão, o vereador Nabil Bonduki (PT) afirmou que o orçamento da pasta passou de aproximadamente R\$ 400



Proposta teve 32 votos a favor e quatro contrários e seguirá para redação final antes de ser encaminhada à sanção do prefeito Ricardo Nunes

milhões para cerca de R\$ 1,2 bilhão. Os valores foram apresentados pelo parlamentar ao defender o reforço da estrutura de pessoal.

Além da criação do QPMA, o projeto altera regras do Quadro de Gestão Administrativa Superior (QGAS). A proposta contempla cargos de Analista de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional e modifica as tabelas do regime de remuneração por subsídio da carreira. O Executivo relaciona a mudança à atratividade dos concursos e ao fortalecimento das áreas de planejamento e gestão.

A matéria também inclui servidores do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (Iprem) e do Hospital

do Servidor Público Municipal (HSPM) nas tabelas previstas. Conforme informado pela liderança do governo na Câmara, o texto contempla ainda 45 vagas destinadas a concurso para contador.

Parte da discussão concentrou-se no artigo 30, que trata da contratação de serviços de contabilidade. Parlamentares questionaram a possibilidade de terceirização e pediram mudanças no dispositivo. O tema já havia provocado votos contrários na primeira análise da proposta, realizada em 19 de agosto.

Antes da votação definitiva dos vereadores, uma emenda substitutiva foi apresentada para estabelecer limites à contratação desses servi-

ços. A alteração condiciona a medida a uma avaliação feita por servidor de carreira. Vereadores que rejeitaram o projeto no primeiro turno mudaram o voto após a modificação, embora parte do plenário tenha considerado a restrição insuficiente.

Após aprovar o texto principal, a Câmara acatou duas emendas do governo, com alterações nos artigos 27 e 30. Votaram contra o projeto Lucas Pavanato (PL), Zoe Martínez (PL), Janaina Paschoal (PP) e Cris Monteiro (Novo).

A criação do quadro próprio dependerá da conclusão da tramitação, seguida pela sanção do prefeito e pela adoção das medidas administrativas previstas na medida.

Fórum debate prevenção ao uso de drogas na capital

Da Redação

A Câmara Municipal de São Paulo recebeu, na terça-feira (1º), a 13ª edição do Fórum Semipresencial da Juventude Contra as Drogas. O encontro reuniu representantes de instituições e lideranças que trabalham na prevenção ao consumo de entorpecentes, no acolhimento de pessoas e no atendimento voltado à recuperação.

A programação também incluiu homenagens a entidades terapêuticas que atuam no acompanhamento de pessoas com problemas relacionados ao uso de drogas na cidade. O evento teve o apoio do vereador Guilherme Corrêa (União Brasil) e ocorreu nas dependências do Legislativo paulistano.

Durante o fórum, participantes abordaram a impor-

tância da atuação conjunta entre organizações sociais, agentes públicos, comunidades terapêuticas e demais serviços envolvidos na prevenção e no tratamento da dependência química. O debate teve como foco os desafios enfrentados por jovens, familiares e profissionais responsáveis pelo atendimento.

O encontro também abriu espaço para que representantes das instituições apresentassem experiências relacionadas ao acolhimento, à orientação e à recuperação. As entidades trabalham com públicos em diferentes situações de vulnerabilidade e oferecem apoio a usuários de drogas e seus familiares.

A realização em formato semipresencial permitiu a participação de convidados de forma presencial e remo-



Encontro teve apoio do vereador Guilherme Corrêa (UNIÃO)

ta. A proposta foi ampliar a troca de informações entre profissionais, lideranças comunitárias e organizações que desenvolvem ações de prevenção e assistência.

O fórum chegou à 13ª edi-

ção com discussões sobre medidas para reduzir o consumo de drogas entre jovens e fortalecer as redes de atendimento. Entre os pontos tratados estiveram a necessidade de orientação, o acompa-

nhamento dos usuários e a participação das famílias durante o processo de recuperação.

As instituições presentes também destacaram o papel das ações preventivas antes do surgimento ou agravamento da dependência. Esse trabalho pode envolver atividades educativas, atendimento psicossocial, encaminhamento aos serviços disponíveis e acompanhamento após o período inicial de acolhimento.

O evento foi realizado em meio às discussões sobre políticas públicas de saúde e assistência destinadas às pessoas afetadas pelo uso de substâncias. O atendimento a esse público pode envolver diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social e segurança pública, conforme as necessidades identificadas em cada caso discutido.



Sessão também teve críticas a tarifas e obras da Sabesp

Vereadores denunciam funerárias clandestinas em Osasco

A existência de funerárias clandestinas foi denunciada na Câmara Municipal de Osasco, nesta terça (1º). Delbio Teruel (União) criticou anúncios irregulares e a abordagem de pessoas nas proximidades do Velório e Cemitério Bela Vista. Serviço é exclusivo do município e empresas de fora não conseguem emitir nota fiscal pelo sistema local e cobram preços abusivos. Elsa Oliveira (Podemos) classificou a prática como uma covardia contra a população de menor renda e denunciou um velório clandestino. A Sabesp recebe críticas. Cantor Goleiro (União) reclamou do aumento das tarifas e citou contas que passaram de R\$ 100 para mais de R\$ 5 mil. Julião (PSB) criticou os danos em ruas pavimentadas no Programa Asfalto Novo. Pedrinho Cantagessi (União) citou impactos das obras no trânsito da Avenida Transversal Norte, no Rochdale.

Itapevi debate 501 documentos em sessão

A Câmara de Itapevi realizou a 25ª Sessão Ordinária, com 501 documentos e registros analisados. Foram apresentadas 272 indicações, 20 requerimentos e 199 respostas do Executivo. Entre as matérias, estão propostas sobre o Parque Girassol, mudança de nome da Avenida dos Brasileiros e transparência de emendas parlamentares. Foram discutidas ações para juventude, esporte, saúde, educação, meio ambiente e infraestrutura, incluindo estudos para o Conselho da Juventude, Centro de Lutas e Remédio em Casa.

WALTER JESUS/CM/



Sessão analisou temas de saúde, educação e infraestrutura

Câmara de Taboão aprova oito projetos em sessão

A Câmara de Taboão da Serra aprovou oito projetos na última sessão, com medidas nas áreas de saúde, educação, mobilidade, inclusão, segurança viária e proteção animal. Entre as propostas estão a criação do Hospital Municipal, o Circuito Taboão, uma ciclovia na Avenida Taboão da Serra, o Cartão Ração Solidária e salas de regulação sensorial para estudantes com necessidades específicas. A sessão também marcou o retorno do vereador Marcos Paulo, após licença para atuar como secretário de Transportes e Mobilidade Urbana.

Câmara de Mogi cobra contas da Assistência Social

A Câmara de Mogi das Cruzes aprovou, nesta quarta-feira (2), em segunda discussão, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 03/2026, de Edson Santos (PSD), que amplia a transparência sobre recursos da Assistência Social. O texto prevê que o Executivo preste contas à Câmara, até o fim de outubro, sobre a aplicação das verbas públicas destinadas à área nos 12 meses anteriores, em audiência previamente agendada.

Guarulhos

A Prefeitura de Guarulhos coordena a elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental, em construção participativa com o Conselho de Educação Ambiental e a sociedade civil. O processo prevê oficinas e reuniões mensais. A conclusão está prevista para o fim de 2026, com consulta pública e lançamento em fevereiro de 2027.

Rio Grande da Serra

Rio Grande da Serra inaugurou uma sala de Ciências patrocinada pela Sabesp. O espaço, no Espaço Mirante, atenderá mais de 3 mil alunos das redes públicas municipal e estadual. A iniciativa integra contrapartidas socioambientais das obras da Interligação Billings-Taiacupeba e oferece equipamentos educativos e visitas guiadas.

Barueri

A Câmara de Barueri aprovou, nesta terça (1), a criação do Programa de Apoio Psicológico Unificado para Mães e Filhos Atípicos. A proposta prevê atendimento terapêutico integrado para crianças neurodivergentes e suas mães, no mesmo local e período, reduzindo deslocamentos e apoiando a saúde mental dos cuidadores. O projeto segue ao prefeito.

São Caetano do Sul

Dra. Anny (PL) assumiu, nesta última terça (1), mandato na Câmara de São Caetano do Sul. Primeira suplente do partido, Anny Cristina Giacomini Pizani ocupa o cargo em caráter definitivo até o fim da Legislatura 2025-2028 e se torna a segunda mulher na atual composição do Legislativo. A vereadora é médica geriatra e atuou no serviço público.

São Bernardo

O Hospital de Clínicas de São Bernardo concluiu a instalação de placas solares, que devem gerar economia de R\$ 1 milhão por ano. O projeto recebeu R\$ 4,7 milhões do Programa de Eficiência Energética da Enel São Paulo e da Aneel. A iniciativa também prevê modernização do ar-condicionado e geração estimada de 2.061 MWh anuais.

Mauá

A Prefeitura de Mauá abriu nesta quinta (3), o processo seletivo para contratação temporária e cadastro reserva de médicos especialistas. As inscrições seguem até 17 de setembro, pelo portal oficial. A seleção contempla dez especialidades e será feita por análise curricular. Os contratos terão duração de até 12 meses, prorrogáveis por igual período.



Recursos serão usados em hospital, escolas e creches

Arujá aprova financiamentos para saúde e educação

Financiamentos junto à Caixa Econômica Federal somam R\$ 15,4 milhões

Da Redação

A Câmara de Arujá já aprovou em votação definitiva, os projetos de lei nº 68 e 69/2026, que autorizam o Executivo a contratar financiamentos junto à Caixa Econômica Federal para investimentos nas áreas da saúde e educação. As propostas foram aprovadas por unanimidade em primeira e segunda discussão, e seguem para sanção do prefeito Luís Camargo (PSD).

Na saúde, o financiamento autorizado é de R\$ 9.082.078,00. Os recursos já serão destinados à ampliação do Hospital Dalila Barbosa, aquisição de uma van adaptada e de uma ambulância tipo A, além de investimentos no SAMU e em uma Unidade Odontológica Móvel. Também estão previstos um veículo para o Setor de Controle e Combate a Vetores e uma usina de gás medicinal, especialmente para produção de oxigênio.

Para a educação, a Câmara autorizou financiamento de R\$ 6.361.183,00. O valor será aplicado na compra de mobiliário escolar e na cobertura das quadras de quatro Escolas Municipais. Também já estão previstos recursos para a construção de uma creche e uma pré-escola, obras já in-

cluídas no programa federal Novo PAC. Segundo a Prefeitura, a medida busca ampliar vagas e melhorar o atendimento à comunidade escolar.

Os vereadores também aprovaram Moção de Parabenização e Aplausos à coordenadora do Procon, Jéssica Caroline Martins. A homenagem, proposta por Paulinho Maolino (PSD), teve apoio dos parlamentares presentes. A coordenadora acompanhou a votação com a família e afirmou que o reconhecimento é uma conquista de toda a equipe do Procon na defesa dos consumidores locais.

Outro destaque foi a aprovação, em primeira discussão, do projeto de lei complementar nº 2/2026, de autoria do Executivo, que estabelece novas regras para uso, ocupação e parcelamento do solo em Arujá. A proposta foi discutida em 4 audiências públicas entre 2024 e 2026, com apresentação da metodologia de mobilização social, análise da realidade local e institucionalização da legislação.

Segundo o Executivo, a atualização busca adequar o zoneamento à realidade atual do município e integra as mudanças previstas no novo Plano Diretor, instituído pela Lei Complementar nº 63/2025, de 11 de abril de 2025.

Feriado de 7 de Setembro tem programação especial em Campinas

Secretaria de Cultura reúne dicas de eventos, atrações culturais, música, lazer

Da Redação

O feriado de 7 de Setembro está chegando e Campinas terá uma programação especial para quem quer aproveitar o fim de semana prolongado na cidade. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo reuniu dicas de atrações e atividades para todos os públicos de sexta-feira, dia 4, até segunda-feira, dia 7 de setembro.

Entre os destaques estão eventos culturais, música, lazer, gastronomia, atrações ao ar livre e programação especial para toda a família. É uma oportunidade para aproveitar o feriado, conhecer espaços da cidade e descobrir diferentes opções de cultura e turismo em Campinas.

Orquestra Sinfônica de Campinas: A Orquestra Sinfônica de Campinas apresenta, no dia 4 de setembro, às 20h, o concerto “Paisagens Sonoras”, no teatro interno do Centro de Convivência, na Praça Imprensa Fluminense. Os ingressos custam R\$ 30 (inteira) e R\$ 15 (meia) e estão à venda na bilheteria virtual Astro Ingressos. O concerto terá regência do maestro Guilherme Mannis e participação do trombonista Wilson Dias, do quadro da Orquestra, como solista. Na programação, a Orquestra apresenta clássicos como “Sinfonia n.º 3 - Escocesa”, de Mendelssohn, “Abertura Coriolano”, de Beethoven, e “Concerto para



FIRMINO PITON

Feriado é oportunidade para conhecer espaços e descobrir diferentes opções de cultura e turismo em Campinas

Trombone”, de Nino Rota.

Cinema gratuito: Campinas recebe, nos dias 5 e 6 de setembro, o Cine Autorama, projeto de cinema drive-in que leva sessões gratuitas à Pedreira do Chapadão. A programação reúne filmes para diferentes públicos, com ingressos que podem ser reservados online. As sessões começam com curtas-metragens brasileiros e contam com recursos de acessibilidade. Cada sessão terá 100 vagas para carros. Também haverá uma miniplataea com cerca de 20 cadeiras para quem não possui veículo, com acesso por ordem de chegada. Os ingressos são gratuitos e

válidos por veículo. A reserva pode ser feita pelo site cineautorama.com.br. O Cine Autorama é considerado o primeiro cinema drive-in itinerante do Brasil e completa dez anos de atividades. O projeto é viabilizado pela Lei Rouanet, com patrocínio da Yelum Seguros, apoio da Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura de Campinas e da Mina Cultural, e realização do Cine Autorama e Ministério da Cultura.

Observatório Municipal Jean Nicolini: Na sexta-feira, dia 4 de setembro, o público pode participar da noite de observação astronômica do Observatório Municipal

Jean Nicolini. A programação acontece das 18h às 21h, com encerramento da bilheteria às 20h30. Durante a visita, é possível conhecer o acervo e as instalações do observatório e, ao anoitecer, participar da apresentação do céu, com identificação de estrelas e constelações com auxílio de laser, além de observações por telescópios e explicações dos astrônomos sobre o universo, fenômenos cósmicos, mitologia e curiosidades sobre os astros. Ingressos: R\$ 10 (inteira) e R\$ 5 (meia para estudantes). Crianças de até 6 anos e pessoas acima de 60 anos não pagam.

Alerta da Saúde aponta 23 bairros com alto risco de dengue

Da Redação

A Secretaria de Saúde divulgou nesta quinta-feira, 3 de setembro, o 36º Alerta Arboviroses Campinas em 2026. De acordo com o documento, 23 bairros estão com alto risco de transmissão da doença.

As áreas com alto risco de transmissão são:

Leste: Taquaral, Vila Rossi e Borch, Vila Iza; Noroeste: Cidade Satélite Íris I; Norte: Vila Santa Isabel, Jardim Independência, CDHU Edvaldo Orsi; Sudoeste: Parque Residencial Vila União, Vila Palácios, Jardim Yeda, Jardim Santa Lúcia, Conjunto Habitacional Vida Nova I e II, Núcleo Residencial Vila Vitória, Jardim Marajó; Sul: Jardim São Domingos, Jardim Marisa, Vila Palmeiras I e II; Sudeste: Jardim Esmeraldina, Jardim Samambaia, Jardim Tamoio, Jardim Aliança, Jardim Estoril.

O objetivo do alerta é estimular a população a intensificar a verificação de criadouros em casa, orientar sobre o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, vetor da doença, e reforçar a comunicação com moradores das áreas que passam a receber ações intensificadas para eliminar criadouros. A Saúde considera indicadores para elaborar o material, entre eles a incidência de casos, eventual registro de nova transmissão, necessidade de reforçar trabalhos por causa de imóveis sem acesso, densidade populacional, e a comunicação sobre ações dos agentes. O alerta também se aplica aos bairros menores que estão no entorno das regiões indicadas no material.

Campinas amplia fiscalização e soma 15,4 mil testes contra álcool no trânsito

Da Redação

A Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) intensificou as operações de trânsito ao longo do ano, com foco na prevenção de acidentes e no combate à combinação de álcool e direção. Até agosto, foram aplicados 15,4 mil testes com bafômetro passivo em ações realizadas com apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal e do Detran-SP.

No período, ocorreram 156 blitz integradas, incluindo 21 Operações pela Vida e três Operações Direção Segura Integradas. O trabalho resultou em 452 autuações



DIVULGAÇÃO/EMDEC

Emdec apoiou Operações Direção Segura Integradas com o Detran-SP

relacionadas ao consumo de álcool e à recusa em realizar o teste, além da abordagem de quase 9 mil veículos.

Álcool, recusa e punições

mais severas

Os testes passivos funcionam como uma primeira triagem. Quando há indicação de consumo de álcool, o condu-

tor é submetido ao bafômetro ativo, que mede a concentração exata da substância. É nessa etapa que muitos motoristas e motociclistas acabam recusando o exame, o que também gera autuação gravíssima.

Tanto a recusa quanto dirigir sob efeito de álcool resultam em multa multiplicada por dez, no valor de R\$ 2.934,70, além de recolhimento da habilitação e suspensão do direito de dirigir por 12 meses. Quando o teor alcoólico chega a 0,34 mg/L ou mais, a infração passa a ser crime de trânsito, com possibilidade de detenção e outras penalidades previstas em lei.



FERNANDA SJUNEGA/PREFEITURA DE CAMPINAS

Equipes da Prefeitura vistoriam imóveis contra dengue

RMC ganha o seu próprio espaço no Campinas Innovation Week

Áreas municipais vão destacar projetos de economia e inovação das cidades

Da Redação

Os municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC) terão um espaço próprio no Campinas Innovation Week (CIW) 2026, evento que será realizado de 14 a 18 de setembro, no Prédio do Relógio, no Pátio Ferroviário, em Campinas. A proposta é ampliar a participação regional e criar uma vitrine para que as cidades apresentem características, projetos e oportunidades ligadas à inovação e ao desenvolvimento.

A iniciativa prevê uma área personalizada para cada município participante. Nesses espaços, as cidades poderão mostrar suas principais vocações econômicas, iniciativas em andamento e projetos relacionados à tecnologia, inovação e desenvolvimento. A intenção é apresentar informações que possam interessar a empresas, empreendedores e investidores, destacando os diferenciais de cada localidade para novos negócios.

A participação dos municípios também pretende aproximar as diferentes iniciativas existentes na região. Segundo o secretário em exercício de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação de Campinas, André Cruz, a presença das cidades reforça a relação entre os municípios e evidencia a conexão existente



Programação também terá debates sobre inteligência artificial, cidades inteligentes e infraestrutura digital

entre as atividades econômicas e de inovação desenvolvidas no território regional.

De acordo com Cruz, Campinas e os demais municípios compartilham cadeias produtivas, empresas, instituições de pesquisa e iniciativas de inovação. A integração desses setores cria oportunidades para uma atuação conjunta e pode favorecer novas conexões entre os participantes do evento. A presença regional permite que cada cidade apresente suas características ao mesmo tempo em que integra uma visão mais ampla sobre a região.

Para o secretário, reu-

nir os municípios no evento também ajuda a apresentar a RMC como um território de oportunidades. A proposta é que, ao mostrar suas características e projetos, cada cidade amplie sua visibilidade e possa estabelecer novas possibilidades de negócios e parcerias. O espaço regional funcionará como um ponto de apresentação das ações locais e dos potenciais de cada município.

O Campinas Innovation Week 2026 terá programação aberta ao público durante cinco dias, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 17h. O evento ocorrerá no Prédio

do Relógio, localizado na Rua Francisco Teodoro, 1.050, na Vila Industrial, em Campinas. A programação reúne atividades relacionadas ao ecossistema de inovação e ao desenvolvimento.

Entre os assuntos que estarão em destaque no evento estão inteligência artificial, cidades inteligentes, infraestrutura digital e cibersegurança. A programação também terá debates sobre internacionalização de startups, cooperação científica, transferência de tecnologia, distritos de inovação e grandes ecossistemas de inovação.

Hortolândia vai ampliar rede de assistência com novo CRAS

Da Redação

Hortolândia terá uma unidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no Jardim Amanda I. Será o oitavo equipamento do município e deve começar a funcionar em até 90 dias. A implantação será pela Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social, que vai alugar o imóvel e realizar as adaptações.

Segundo a pasta, a nova unidade ficará em área próxima aos 400 apartamentos que estão em construção pela Prefeitura e pelo Governo Federal. O município já dispõe de parte do recurso para o custeio do equipamento, enviado pela Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) da região de Campinas.

A previsão é que o novo CRAS beneficie cerca de 3.400 famílias. A unidade deverá dividir com o CRAS do Jardim Amanda II, na Avenida Tarsila do Amaral, 540, o atendimento à população da região.

Entre os serviços oferecidos pela rede estão o Cadastro Único, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), grupos de idosos e de pessoas com deficiência, além de cursos gratuitos de qualificação.

Atualmente, Hortolândia conta com CRAS nos jardins Amanda, Primavera, Novo Ângulo, Brasil, Rosolém, Santa Clara e Vila Real. A rede também inclui o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), na Vila Real Continuação.



Unidade terá serviços sociais na região Jardim Amanda I

Sumaré amplia rede cívico-militar com nova unidade escolar no Jardim Matão

Da Redação

Sumaré inaugurou nesta quarta-feira (2) a segunda escola da rede municipal a adotar o modelo cívico-militar. A EM Eliana Minchin Vaughan, na região do Matão, passou a integrar a proposta após receber melhorias.

Antes da implantação, a unidade recebeu manutenção, pintura, adaptações internas e melhorias na quadra. Também foram entregues mobiliários, equipamentos e computadores para os alunos. As intervenções foram feitas com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola Municipal (PDDEM).



Unidade recebeu pintura, adaptações, mobiliário e novos computadores

A escola também adotou o sistema de alimentação no formato self-service, permitindo que os alunos se sirvam com orientação da equipe. O

sistema busca estimular autonomia durante as refeições e vem sendo implantado em outras unidades da rede.

A primeira unidade a ado-

tar o modelo foi a EM Magdalena Maria Vedovato Callegari. A iniciativa prevê ações de formação dos estudantes, com foco em responsabilidade, respeito, disciplina e cidadania.

O ensino permanece sob responsabilidade dos profissionais da Educação. Os professores continuam à frente das atividades pedagógicas, enquanto a Segurança Pública participa de forma complementar em questões de organização, disciplina, cidadania e convivência. O modelo não substitui o trabalho pedagógico dos educadores. A proposta busca fortalecer a formação e a convivência escolar.

VINICIUS LUMMERTZ

Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo

Classe média de joelhos

Há uma palavra que parte da esquerda brasileira ainda pronuncia quase como ofensa: burguesia. “Pequena burguesia” também foi usada durante décadas para diminuir justamente quem conseguia subir alguns degraus na escala social: o pequeno comerciante, o profissional liberal, o autônomo, o trabalhador que acumulava algum patrimônio.

É uma deformação histórica. A ascensão burguesa ajudou a derrubar o absolutismo e os privilégios hereditários; mais tarde, milhões de trabalhadores ascenderam e formaram as grandes classes médias sobre as quais a Europa do pós-guerra construiu parte importante de sua social-democracia. Não bastava proteger o trabalhador, era preciso permitir que ele subisse, poupasse, formasse patrimônio e conquistasse liberdade de escolha.

O Brasil parece ter esquecido esse objetivo. Construimos uma sociedade de consumo de massa sem construir uma sociedade de renda de massa. A modernidade chegou às vitrines, aos supermercados e às concessionárias, mas não, na mesma proporção, à renda das famílias.

A comparação com os Estados Unidos ajuda a revelar a distorção. A renda domiciliar mediana americana alcançou US\$ 83.730 anuais em 2024 e, além de ganhar muito mais, o consumidor encontra impostos sobre o consumo e juros menores. Um Toyota Corolla 2026 de entrada custa cerca de US\$ 23.100 nos Estados Unidos e US\$ 33.400 no Brasil, aproximadamente 44% a mais; um iPhone 16 de 128 GB, US\$ 829 contra cerca de US\$ 1.330, diferença próxima de 60%.

O brasileiro ganha muito menos, paga mais pelos mesmos produtos globais e, quando precisa financiá-los, encontra juros várias vezes superiores. Mesmo no consignado do INSS, de risco baixo, as taxas ficam próximas de 20% a 25% ao ano; no cartão rotativo, chegam a centenas por cento. Como formar patrimônio assim?

GENERAL PAZUELLO

General do exército e político brasileiro

Nunca antes, na história do Brasil, os empresários sofreram tanto

Desde o início do terceiro mandato do atual presidente, em janeiro de 2023, o ambiente corporativo brasileiro enfrentou forte volatilidade e estresse financeiro. Embora indicadores macroeconômicos gerais — como a taxa de desemprego e o crescimento do PIB — tenham demonstrado resiliência em determinados momentos, o setor empresarial viveu ondas sucessivas de inadiplência e endividamento severo.

O momento de maior fragilidade para as empresas concentrou-se entre o final de 2023 e o ano de 2024. A combinação de juros básicos elevados (com a Selic mantida em patamares restritivos pelo Banco Central para conter a inflação) com o encarecimento do crédito sufocou o caixa corporativo.

Em 2024, o país bateu o recorde histórico de pedidos de recuperação judicial (RJ) desde o início da série temporal da Serasa Experian em 2005. Foram registrados mais de 2.200 requerimentos no ano, representando um salto superior a 60% em relação a 2023. O

volume de CNPJs negativados também atingiu marcas históricas, ultrapassando 7 milhões de empresas inadimplentes.

Os fatores centrais que catalisaram esse cenário incluem, o encolhimento do crédito privado e a escassez de liquidez para médio e longo prazo. São visíveis a pressão de custos operacionais e a desaceleração do consumo das famílias em bens duráveis.

A crise afetou desde gigantes varejistas e concessionárias até o agronegócio e a indústria de transformação, tais como Lojas Americanas (recuperação judicial pedida em Jan/2023, com a revelação de inconsistências contábeis de R\$ 20 bilhões que iniciou o efeito dominó no crédito.

Já a famosa Livraria Cultura, teve sua falência decretada em 2023, encerramento definitivo de operações após anos de tentativas de reestruturação.

123milhas, Light, Oi, Polishop, Agrogalpões e, a mais recente, Casas Bahia, amargaram prejuízos gigantes e

tam uma descapitalização que atinge justamente quem deveria protagonizar a mobilidade social: trabalhadores, profissionais liberais, autônomos e pequenos empresários.

A China, por outro caminho, retirou cerca de 800 milhões de pessoas da pobreza extrema combinando crescimento, investimento, industrialização, infraestrutura, produtividade e empreendedorismo. O Brasil criou expectativas de prosperidade sem construir suficientemente as condições para sustentá-la.

E aqui está uma questão que deveria ocupar o centro da política brasileira: por que nenhum grande partido ou candidato à Presidência coloca entre os objetivos nacionais a construção de uma sociedade majoritariamente de classe média, estabelecendo metas de renda, produtividade, poupança, patrimônio e mobilidade social? Talvez porque isso exigisse enfrentar impostos elevados, juros proibitivos, baixa produtividade, desperdício público, privilégios e estruturas que se beneficiam do modelo existente.

O problema brasileiro não é termos burgueses demais, mas classe média de menos. Democratizamos o acesso ao consumo sem democratizar na mesma velocidade a formação de patrimônio, deixando milhões de brasileiros numa situação em que consumir tornou-se possível, mas poupar, investir e adquirir ativos continua extraordinariamente difícil.

É essa a classe média de joelhos: paga impostos elevados, compra novamente serviços que o Estado não lhe entrega adequadamente, paga caro pelos produtos, financia a juros altos e ainda é constrangida pelo pouco que conseguiu acumular. Enquanto isso, milhões de brasileiros tentam chegar até ela.

Talvez a pergunta mais importante a fazer aos candidatos à Presidência seja, portanto, muito concreta: qual é o plano, com metas e prazos, para fazer do Brasil uma sociedade majoritariamente de classe média?

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista e escritor

Lembrando Rubens Berardo

Neste período eleitoral cabe sempre uma palavra de lembrança de brasileiros que se dedicaram à vida pública com idealismo e cordialidade, dando mais do que recebendo.

O Rio de Janeiro teve vários, em que destacaria por ser pouco lembrado o deputado por dois mandatos e vice-governador da Guanabara Rubens Berardo.

Nascido em Pernambuco, filho de tradicional família, ligou-se pelo casamento à outra família pernambucana de relevo, Bezerra de Melo, vindo para o Rio ainda jovem, onde fundou as rádios Continental e Metropolitana e depois a Televisão Continental, emissora do futebol e do jornalismo, pioneira no gênero.

Eleito deputado federal em 1954, dedicou-se à

vida pública, atendendo a uma vocação e especial qualificação. Logo se tornou referência entre os demais políticos, com trânsito em todas as áreas em função de uma personalidade amena, educada, generosa e de bom senso. Na sucessão de Calos Lacerda, foi nome de união dos trabalhistas e do centro democrático não alinhado com o belicoso Lacerda. Era o preferido das bases do PTB, mas em nome da união cedeu espaço para a composição com o PSD de Negrão de Lima, que havia sido prefeito da cidade, com JK e unificou o partido que teve postulantes barrados pela legislação criada pela Revolução, como nos casos de Hélio de Almeida, por ter sido ministro de Goulart, e Henrique Lott, por ter levado o domi-

cílio eleitoral para Teresópolis. Sua casa, que tive o privilégio de frequentar na minha iniciação nas coisas da política carioca, foi o centro da campanha que consagrou a chapa Negrão-Berardo.

Na Câmara dos Deputados, nas duas legislaturas, formou sempre entre os de maior relevo nas grandes decisões. Seu prestígio não era pelo mandato pela Guanabara, mas pelo trânsito nas bancadas do PTB e outros partidos em todo o país.

Na vida pessoal, foi pai de oito filhos e grande companheiro da mulher, Anita Bezerra de Melo. Representou, assim, o que de melhor poderia haver como homem público exemplar.

Saudades de Rubens Berardo!!!

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Vorcaro comprou uma infinidade de pessoas, em vários níveis

Vorcaro Sociedade Nada Anônima

Há um meme circulando nas redes sociais que coloca Daniel Vorcaro, do Banco Master, naquela seção “Reclame Aqui”, que há nas páginas do Procon. Então, ali, ele protesta que pagou R\$ 130 milhões para o escritório de advocacia da mulher de um ministro do Supremo e nem assim conseguiu se livrar de ser preso. O impressionante é que há muito de verdade na piada. No depoimento que deu na semana passada para o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, Vorcaro quase fez o mesmo desabafo. Ali, ele disse que se “aproximou de pessoas poderosas” porque imaginava que assim iria se blindar. Gastou os tubos na mais inacreditável rede de proteção que já se viu na história da República. Mas ainda mais inacreditável é o fato de que, mesmo assim, Vorcaro não atingiu seu objetivo. O Banco Central decretou a intervenção do Master, e Daniel Vorcaro está preso.

De uísque a jatinho. De ministro a influencer

A lista de pessoas que Daniel Vorcaro comprou não para de crescer. Vai de jornalistas e influencers até ministros do Supremo. Uma lista impressionante de pessoas forma essa rede de proteção, que varia não somente quanto ao grau de poder de cada um. Mas também com o preço. Alguns parecem ter topado se vender somente por uísques importados, charutos e ternos de alfaiate. Outros já tiveram, contratos milionários - para fazer filmes ou defesas - e leasings de jatinhos e helicópteros.

DIVULGAÇÃO



O Clube do Macallan: mimos de todos os preços

“É o ápice do patrimonialismo”

Para o analista e advogado Melillo Dinis, que atua nas Cortes superiores, o que Vorcaro conseguiu montar em torno de si é “o ápice do patrimonialismo” na história da República brasileira. “Um banqueiro que se tornou bilionário numa velocidade impressionante comprou uma quantidade exorbitante de autoridades e pessoas com influência que não entregaram a ele o que venderam”. Vorcaro, então, reclama da sua situação, ainda que razão seja o que ele menos tenha. “O amigo e irmão de antes se tornou tóxico”, avalia Melillo.

“Brigas de porcos com espírito de corpo”

“A sociedade anônima, secreta, que imaginavam construir agora se tornou nada anônima”. O problema agora é saber como a República administrará tal estado de coisas. Para Melillo, o que se vê diante da profusão de informações que a cada dia vão surgindo é “uma briga de porcos com grande espírito de corpo”. Ou seja, por um lado as tentativas de utilização política levam a vazamentos seletivos.

Enlameados

Por outro lado, os bombeiros se mexem para tentar apagar essa imensa fogueira que ficou acesa nos três poderes da República. “Quem vai ganhar e perder no final é impossível saber”, considera o advogado e analista político. “Eu espero que vença a verdade. Mas o que já dá para antecipar é que todo mundo vai sair daí muito enlameado”.

Renúncias

No caso do Supremo, que Melillo acompanha como advogado, ele não acredita em gestos extremos, como renúncias dos ministros. “Eles não têm esse perfil”, considera. Assim, o mais provável é que levarão suas situações até as últimas consequências. Ou baixando conseguindo baixar a crise ou levando-a a um eventual processo de impeachment.

Fake News

Nessa escala de insanidade, Alexandre de Moraes incluiu na noite de quinta-feira (3) seu colega André Mendonça no interminável inquérito das fake News. Encaminhou ao presidente do Supremo, Edson Fachin, pedido de investigação contra Mendonça, a quem acusa de “improbidade administrativa e abuso de autoridade”.

Sigilo

“Quando se poderia imaginar que um ministro do Supremo fosse quebrar o sigilo de uma fonte numa investigação?”, questiona, por outro lado, Melillo Dinis. Há, portanto, uma série de situações excessivas, tomadas por alguns integrantes – não se pode dizer que sejam todos – de um seletíssimo grupo de apenas dez pessoas.

Limites

Não é imaginável onde essa escalada vai parar. Para Melillo, porém, parece cada vez mais inevitável que uma profunda reforma do Judiciário venha a ser a principal pauta do Congresso no ano que vem. Mesmo a tentativa de Edson Fachin de criar um código de ética, a essa altura, vira, para o analista, um “beijo de pulga”.

Práticas

“O código de ética seria importante, mas será preciso impor mesmo limites a práticas que não são mais aceitáveis”, diz Melillo. O “filhotismo” de escritórios de advogados de parentes próximos atuando na Suprema Corte. A mistura de interesses públicos e privados em cursos, palestras e outras atividades. A aceitação de favores como os de Vorcaro.

DIVULGAÇÃO



Dark Horse recebeu R\$ 61 milhões do banqueiro Daniel Vorcaro

PGR propõe delação de mediador para Dark Horse

Gabinete de Mendonça deve ouvir o empresário envolvido

Por **Gabriela Gallo**

A Procuradoria-Geral da República (PGR) encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma proposta de delação premiada do empresário Antônio Carlos Freixo Júnior, conhecido como “Mineiro”, apontado como o responsável por repassar recursos do Banco Master para o filme “Dark Horse”, o longa-metragem biográfico do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O pedido foi encaminhado para o ministro-relator do caso Master no STF André Mendonça. E a expectativa é que “Mineiro” deponha na próxima terça-feira (8) para um juiz que compõe o gabinete de André Mendonça no Supremo.

Antônio Carlos Júnior é dono da empresa Entre Investimentos e Participações, que faz parte do grupo Entrepay – liquidado em março deste ano pelo Banco Central (BC). Ele é apontado como o responsável por realizar os pagamentos para o filme através do fundo de investimento dos Estados Unidos Havengate Development Fund. Ele ainda é investigado por buscar moeda em espécie para viabilizar que Vorcaro realizasse pagamentos em dinheiro vivo. Como é de difícil rastreamento pelas autoridades fiscais, o paga-

mento em dinheiro em espécie tende a ser realizado para atividades irregulares.

O fundo é administrado pelo advogado Paulo Calixto, ligado ao ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que se mudou para os Estados Unidos (EUA) em março de 2025.

Diante disso, a Polícia Federal (PF) suspeita que os valores pagos por Daniel Vorcaro para o filme não foram integralmente destinados para o longa-metragem biográfico do ex-chefe de Estado brasileiro, mas também poderiam ter sido destinados para custear a permanência de Eduardo Bolsonaro em solo americano. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), irmão mais velho de Eduardo, negou as acusações e reiterou que os recursos do Master foram exclusivamente para financiar o filme.

Vale destacar que a PGR também aceitou o pedido de delação premiada com o fundador da gestora Reag Investimentos, João Carlos Mansur. O pedido também foi encaminhado ao STF e aguarda resposta da Corte. Tanto a delação premiada de Antônio Carlos Freixo Júnior quando a de Mansur foram aceitas antes do pedido de colaboração do próprio Daniel Vorcaro.

CNI faz alerta sobre Déficit de produtividade no país

Brasil pode levar até 30 anos para compensar a defasagem

Da Redação

O Brasil pode levar de 17 a 30 anos para acumular o ganho de produtividade necessário para compensar uma eventual redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas, associada à alteração da escala 6x1. A estimativa faz parte do estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgado nesta segunda-feira (31), que analisa os possíveis efeitos da mudança na economia e simula os impactos sobre a produtividade, o emprego formal e a massa salarial.

A projeção considera o cenário em que as empresas mantêm empregos e salários e absorvem a queda nas horas trabalhadas sem desconto na remuneração. Nesse caso, o total de horas trabalhadas cairia em cerca de 7,8%, e a eficiência por hora trabalhada precisaria aumentar entre 8,3% e 8,5%. Na prática, seria necessário alcançar um salto

de aumento de produtividade para compensar a redução do tempo disponível de trabalho.

O desafio está na velocidade com que a produtividade avança no Brasil. O estudo mostra que de 1981 a 2024, a produção por hora trabalhada cresceu, em média, 0,5% ao ano. Nesse ritmo, seriam necessários cerca de 17 anos para acumular o ganho estimado. Considerando o desempenho dos últimos seis anos, em que a média anual caiu para 0,28%, o período se aproxima de três décadas.

Para o presidente da CNI, Ricardo Alban, essa equação da produtividade permite avaliar diretamente o efeito de uma redução do tempo de trabalho.

“Não existe país que sustente sua competitividade sem produtividade. Ela é o que permite produzir mais e gerar mais valor com os recursos disponíveis. Quando ela é afetada, as empresas sentem mais dificuldade na



Levantamento mostra que o ganho de produtividade exigido pela redução da jornada varia entre os setores e sinaliza possíveis reflexos sobre empregos e salários

capacidade de investir, competir e remunerar melhor os trabalhadores”, alerta o presidente da CNI.

A produtividade depende tanto do desempenho do trabalho como da incorporação tecnológica, da qualificação profissional, da infraestrutura, da inovação e da organização dos processos. Esses são alguns dos principais fatores que determinam o quanto um país consegue produzir com os recursos e o tempo disponíveis. Quando o indicador de produtividade está

baixo, a economia tem mais dificuldade para crescer, elevar salários e ampliar os investimentos. O maior custo de produção também pode pressionar os preços e reduzir a capacidade das empresas de competirem.

Na comparação internacional, o Brasil aparece entre as economias de menor produtividade. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil ocupa a 100ª posição mundial em produtividade por trabalhador e a 91ª em produtividade por hora trabalhada. O desempenho coloca o país distante de economias como Irlanda, Noruega, Estados Unidos e Bélgica, que apresentam níveis entre três e seis vezes superiores aos brasileiros.

Alban destaca que a comparação mostra que a dura-

ção da jornada não pode ser analisada isoladamente. “O desempenho brasileiro mostra que a redução do tempo de trabalho só é sustentável se houver condições que permitam elevar a eficiência econômica. O desafio é bem maior do que condensar em menos tempo o mesmo esforço. São necessárias condições estruturais capazes de tornar o trabalho mais eficiente. E esse ainda é um desafio importante para o Brasil”, explica Alban.

O esforço necessário para compensar a redução do tempo de trabalho também varia entre as atividades econômicas. Setores mais intensivos em mão de obra ou com menor capacidade de reorganizar processos podem exigir ganhos maiores de produtividade para manter o nível de produção.

Decisão do STF pode interferir no setor imobiliário

Da Redação

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a analisar na quarta-feira (2) uma questão que pode ter impacto direto sobre empresas do setor imobiliário e empresários que utilizam imóveis em operações de integralização de capital: afinal, a transferência de um imóvel para uma empresa para compor seu capital social deve ou não ser tributada pelo ITBI?

A discussão ocorre no Recurso Extraordinário (RE) 1.495.108, que possui repercussão geral reconhecida no Tema 1.348. O processo trata especificamente do alcance da imunidade prevista na Constituição para a transmissão de bens e direitos destinados à integralização do capital social de uma pessoa jurídica.

O julgamento ganha relevância especialmente para empresas de compra, venda e locação de imóveis, além de empresários que utilizam estruturas societárias para organizar patrimônio e atividades imobiliárias. O STF já possui entendimento, no Tema 796, de que a imunidade não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado. Agora, a Corte analisa uma questão relacionada ao alcance dessa proteção para determinadas empresas imobiliárias.

Para o advogado tributarista Bruno Durão, a discussão merece atenção porque o resultado pode trazer consequências práticas para operações de reorganização societária e planejamento patrimonial.

“A discussão no STF é re-



CLAUDIVINO ANTUNES/ PREFEITURA DE APARECIDA

Debate é sobre imunidade do imposto na integralização de capital social

levante porque o ITBI pode representar um custo significativo em operações envolvendo imóveis. Para o empresário, não se trata apenas de saber se haverá ou não cobrança do imposto, mas de

compreender previamente como estruturar uma operação de integralização de capital e quais são os seus efeitos tributários”, explica Bruno.

Segundo o especialista, empresários que pretendem

transferir imóveis para uma pessoa jurídica devem avaliar a operação de forma individualizada, considerando o objetivo da empresa, a natureza da atividade desenvolvida e a forma como o imóvel será incorporado ao patrimônio empresarial.

“Uma decisão desfavorável pode aumentar o custo de determinadas operações e exigir uma revisão do planejamento patrimonial e societário. Por outro lado, uma definição mais ampla sobre a imunidade pode trazer maior segurança jurídica para empresas que utilizam imóveis na composição do capital social. Em ambos os cenários, o ponto central é evitar que o empresário tome uma decisão societária sem avaliar previamente a consequência tributária”, afirma.

JORNAL DO APOSENTADO

POR ANDRE SOUZA E
LUIGI FREIRE
(ESTAGIÁRIO)



Presidente Lula, vice Alckmin e o Ministro da Previdência, Wolney Queiroz

Lula anuncia fim da fila de espera com mais de 45 dias no INSS

O presidente Lula(PT) anunciou na quinta-feira (3), no Palácio do Planalto, que o governo zerou a fila do INSS. O governo considera como fila os pedidos que ultrapassam o prazo regular de análise, de 45 dias. Ainda há requerimentos aguardando resposta, mas dentro desse período. Em agosto, dados parciais até o dia 24 apontavam 1,28 milhão de processos pendentes, ante 3,07 milhões em janeiro. Os pedidos com mais de 45 dias de espera caíram de 1,88 milhão para 261 mil no período. A redução ocorreu com aumento no volume de análises. De janeiro a julho, o INSS concedeu, em média, 730 mil benefícios por mês, contra 641 mil no mesmo período de 2025. O movimento também foi acompanhado por aumento das recusas. Concessões e indeferimentos atingiram níveis recordes durante a estratégia para reduzir o estoque de requerimentos.

Idosos podem ter gratuidade ampliada

Um projeto de lei apresentado na Câmara propõe ampliar o acesso de idosos à gratuidade no transporte coletivo interestadual. O PL 5.265/2026, do deputado Fernando Máximo (PL-RO), prevê duas vagas gratuitas por veículo para pessoas idosas com renda de até seis salários mínimos. Hoje, o limite previsto no Estatuto da Pessoa Idosa é de dois salários mínimos. O texto também estabelece desconto mínimo de 50% para idosos que excederem as vagas gratuitas e tiverem renda de até quatro salários mínimos. A proposta segue em tramitação.



Projeto quer aumentar acesso à passagem grátis de ônibus

Câmara muda aposentadoria de PMs e bombeiros

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4.920/2024, que altera as regras de aposentadoria de policiais e bombeiros militares. O texto reduz de 30 para 25 anos o tempo mínimo de atividade militar exigido dos homens, mantendo em 35 anos o tempo total de serviço. Assim, poderão ser considerados até dez anos de contribuição em atividade civil, pública ou privada. Para as mulheres, serão exigidos 32 anos de serviço, sendo 22 de atividade militar. A proposta preserva direitos adquiridos e segue para o Senado.

Idosos já superam crianças no mundo

A população mundial com 65 anos ou mais superou a de crianças de até 5 anos em 2023, segundo relatório do Departamento de Censo dos EUA. A participação dos idosos deve passar de 10,5% da população global para 19,6% em 2060. O levantamento aponta queda da fecundidade: em 2023, 71% da população vivia em países com taxa de até 2,1 filhos por mulher. Ásia e América Latina devem registrar aumento da população idosa.

Indenização Aumentada I

A 6ª Turma do Tribunal Regional Federal aumentou de R\$ 20 mil para R\$ 40 mil a indenização por danos morais devida pelo INSS a uma mulher que teve atrasada a concessão de pensão por morte. A decisão reformou parcialmente a sentença. A relatora, desembargadora Giselle França, considerou insuficiente o valor fixado em primeira instância.

Indenização Aumentada II

O caso começou após o pai da autora obter judicialmente o direito à aposentadoria, mas morrer sem receber o benefício por demora do INSS. Depois, a filha enfrentou atraso na análise da pensão por morte. Para a relatora, houve negligência nos dois casos. A indenização foi elevada para reforçar a reparação e o caráter pedagógico da condenação.

Agências INSS fechadas I

As Agências da Previdência Social (APS) de todo o país estarão fechadas na próxima segunda-feira (7), devido ao feriado nacional da Independência do Brasil. O atendimento presencial será retomado ao comum diário na terça-feira (8). A suspensão vale para todas as unidades do INSS durante o feriado.

Agências INSS fechadas II

Durante o feriado de 7 de setembro, o atendimento humano da Central 135 do INSS ficará suspenso e será retomado na terça-feira (8). Já o atendimento eletrônico seguirá disponível normalmente. Serviços também poderão ser acessados 24 horas pelo site e aplicativo Meu INSS e pelos canais digitais da Central 135.

Lei do IR pode mudar I

O Projeto de Lei 2.683/2026, do deputado Luciano Vieira (PSDB-RJ), propõe alterar a legislação do Imposto de Renda para que aposentados e pensionistas que também tem rendimentos do trabalho tenham os valores apurados separadamente. A medida busca definir uma incidência específica do imposto sobre cada fonte de renda recebida.

Lei do IR pode mudar II

A emenda para a alteração aguarda a designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Apresentada em maio, a proposta foi encaminhada em julho às comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça. A CFT recebeu o projeto em 8 de julho, quando teve início a tramitação na comissão.



Dataprev é responsável pelo recálculo e atualização da margem disponível

Fim de MP faz margem do consignado do INSS voltar a 45%

Medida Provisória que reduzia margem para 40% perdeu validade em 31/agosto

Da Redação

A margem total para empréstimos e cartões consignados de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) voltou ao limite de 45% do benefício após o fim da vigência da Medida Provisória (MP) 1.355/2026. A norma perdeu validade depois de não ser convertida em lei pelo Congresso Nacional dentro do prazo previsto(31 de agosto).

A MP, publicada em maio, havia reduzido de 45% para 40% o limite global que poderia ser comprometido com operações consignadas. O texto também previa reduções graduais a partir de 2027, até que o percentual chegasse a 30%. Com a perda de validade da medida, essas mudanças deixam de produzir efeitos.

Com o retorno da regra anterior, aposentados e pensionistas voltam a ter uma margem total de 45%. Desse percentual, 35% são destinados aos empréstimos consignados, 5% ao cartão de crédito consignado, por meio da Reserva de Margem Consignável (RMC), e outros 5% ao cartão consignado de benefício (RCC).

A mudança não significa, porém, que todos os beneficiários terão imediatamente 45% da renda disponíveis para novas operações. O limite representa

o percentual máximo que pode ficar comprometido. Quem já possui contratos ativos terá descontadas as parcelas existentes para o cálculo da margem que ainda pode ser utilizada.

Por exemplo, um aposentado que recebe R\$ 1.621 por mês pode comprometer até R\$ 567,35 com parcelas de empréstimos, considerando o limite de 35% destinado a essa modalidade. Se já houver contratos descontados do benefício, apenas o saldo restante poderá ser usado em uma nova operação.

A alteração depende ainda da atualização dos sistemas utilizados para calcular a margem. Segundo informações divulgadas pela meutudo, o INSS informou que a Dataprev iniciou o recálculo na noite de 1º de setembro, com previsão de disponibilização dos novos valores a partir do dia seguinte. A efetiva operacionalização também depende dos procedimentos administrativos e da publicação correspondente no Diário Oficial da União.

A retomada dos 45% mencionada se refere aos titulares de aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência Social. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) segue regras próprias para consignações.

A MP 1.355 foi editada em 4 de maio e também instituiu o Novo Desenrola Brasil.